

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA PARCERIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**MIRELLA CRISTINA XAVIER GOMES DA SILVA
LAUSCHNER**

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PARCERIA

por

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós – Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Toshio Nishijima

Santa Maria, RS, Brasil
2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós – Graduação em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PARCERIA

elaborada por
Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Toshio Nishijima
(Presidente/Orientador)

Ana Maria Thielen Merck, Dr.

Jorge Orlando Cuéllar Noguera, Dr.

Santa Maria, 05 de novembro de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico essa monografia ao meu esposo Edson, meu filho Matheus e aos meus pais pela luta constante, carinho, paciência, dedicação, amor e acima de tudo ao incentivo me dado, permitindo assim que eu pudesse chegar à conclusão de mais um estágio da minha vida, com Vitória. Porque sem vocês nada disso seria possível e mais um sonho tão almejado não poderia ser alcançado.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me concedido um marido tão maravilhoso e um filho tão compreensivo apesar de ser tão novo e nem compreender o que está acontecendo, assim como pais tão maravilhosos. Pela paciência e força que todos vocês me deram para que eu trilhasse mais um caminho de vitória em minha vida profissional, assim como por terem me dado forças para prosseguir nos momentos felizes e difíceis da minha vida, porque sem vocês nada seria possível. Agradeço ao meu amado e querido esposo (Edson) por toda paciência, amor, dedicação, companheirismo, carinho, atenção, amizade, ajuda e incentivo em todos os momentos deste meu trajeto até mesmo me dando forças e injeção de animo quando a minha vontade era desistir, dizendo “vamos, siga em frente você consegue e eu acredito no seu potencial”. Ao meu amado filho (Matheus), que mesmo sendo um bebê, soube me ajudar ficando quietinho quando eu precisava estudar e preparar este trabalho, pois tudo que faço é em prol de uma vida melhor para ele. A minha mãezinha (Fátima) querida por todo esforço, dedicação, amizade, carinho, amor, paciência, incentivo que teve comigo nesse percurso tão difícil apesar da distância, que apesar de todos os obstáculos existentes sempre soube segurar na minha mão e, até em alguns momentos colocar-me no colo, mesmo que em seus pensamentos e orações, dizendo “vamos, siga você é capaz eu sei e acredito em você”, mãezinha você é a peça chave da minha vitória. Como não poderia deixar de agradecer também a uma pessoa muito especial, importante e fundamental na minha vida ao meu paizinho (Adnelson), que teve muito amor, carinho, paciência, dedicação e incentivo para comigo, chorando junto comigo quando eu chorava, sorrindo quando eu sorria e sempre me guiando e orientando para mais um caminho de vitória, e é nele que estou chegando. Agradeço também ao meu irmão (Neto) que soube me entender e incentivar essa caminhada em busca do mais um sonho, as minhas avós Cici e Leda, por terem estado em pensamento e orações na minha trilha rumo a esse sonho e que souberam me amar e apoiar o meu objetivo.

Queria também agradecer aos meus mestres por todo incentivo e conhecimento teórico e prático sobre essa profissão tão apaixonante que é ser Especialista em Educação Ambiental. Ao professor Toshio Nishijima, por toda dedicação, paciência, incentivo para comigo e pela orientação e dedicação dada a

essa Monografia. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, Município de São Sepé – RS, pela oportunidade de realizar essa pesquisa em suas instalações, fazendo com que meu aprendizado fosse cada vez mais enriquecido pela troca de experiência.

“Senhor peço-te que estejas sempre comigo e faça-me uma Assistente Social Especialista em Educação Ambiental segundo a tua vontade”.

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

“O futuro parece cheio de promessas ao mesmo tempo, repleta de perigos do que nunca, pois gerações adquiriram conhecimento e poder tanto para abrir novos horizontes através de esforço humano, quanto para destruí-los em uma explosão de ódio e violência. Começamos a perceber que o que acontece de agora em diante depende de nós em nível nunca antes imaginados”. (PECCIE, 1984 APUD CARVALHO 2002: 35).

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PARCERIA

Autora: Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

Orientador: Prof. Dr. Toshio Nishijima

Data e local da defesa: Santa Maria, 05, novembro de 2008.

O presente trabalho teve por objetivo geral verificar o conhecimento e o tipo de intervenção social e pedagógica sobre a Educação Ambiental, desenvolvida com os alunos do 5º e do 7º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no Município de São Sepé - RS. Através deste objetivo geral busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos: identificar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas na escola; verificar o conhecimento dos alunos do 5º ano e do 7º ano sobre a Educação Ambiental; caracterizar as ações sociais relacionadas às questões ambientais, na escola; levantar o referencial teórico sobre a problemática sócio-ambiental. Os pesquisados foram escolhidos aleatoriamente entre aqueles que apresentaram as seguintes características: (a) ser matriculado, ser assíduo e ser aluno do 5º e do 7º ano da referida instituição escolhida para coleta de dados; (b) estar presente no dia e horário da aplicação do questionário; (c) aceitar participar da pesquisa. Foi traçado o seguinte perfil dos entrevistados do 5º ano: 63,07% dos entrevistados tinham de 9 a 10 anos, 50,76% era do sexo feminino e 49,23% era do sexo masculino. Residiam em casas, de 6 a 7 cômodos, 40% dos entrevistados, que eram divididos com 4 a 5 pessoas, configurando um total de 46,87%. Moravam, em sua maioria, com pai, mãe e irmãos, sendo que isto ainda pode remeter a informação de que estavam enquadrados nos padrões tradicionais de família. Dos alunos entrevistados, 87,5% participavam de programas sociais, sendo o de maior participação, o PROERD, com 76,92%. Segundo a base de dados coletados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de São Sepé – RS, na escola onde a pesquisa foi realizada havia um número considerável de crianças e/ou adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal, mas foi detectado que a informação não se aplicava aos alunos do 5º e do 7º ano, que, como já foi apresentado, participavam, em sua maioria, do PROERD. Os resultados obtidos permitiram concluir que não são desenvolvidas ações de cunho social por profissional do Serviço Social, apenas são realizadas ações de cunho pedagógico com os alunos do 5º e do 7º ano. Também, foi possível traçar um perfil sócio-econômico e um perfil educacional e de ações sociais desenvolvidas na escola com os entrevistados do 5º e do 7º ano.

Palavras-chave: serviço social, assistente social, ações pedagógica, educação ambiental, escola.

ABSTRACT

Specilization In Monografics
After Graduation In Educational Envaironment Program
Federal University of Santa Maria, RS, BRAZIL

SOCIAL SERVICE AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: AN PARTNERSHIP.

Author: Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner
Professor: Toshio Nishijima
Santa Maria City, november 5th, 2008.

This work had as a general objective to verify the knowledge and the type of social and pedagogical intervention on the Environmental Education, developed with the pupils of 5^o and 7^o periods, of the School of Basic Education, Professora Maria Jose Valmarath, in the City of São Sepé - RS. The specific objectives were to identify the developed actions of Environmental Education in the school, to verify the knowledge of the pupils of 5^o year and 7^o periods on the Environmental Education, to characterize the related social actions to the environmental aspects in the school and to establish the theoretical aspect on the social environment. It was done a field research, of qualitative boarding, in which pupils of 5^o and 7^o year of this school answered a questionnaire. The results led to the following considerations: there were not social actions, like orientations about the Environmental Education; interviewed of 5^o and 7^o periods had some knowledge on Environment ,acquired at home and improved and stimulated by the pedagogical actions developed by the school; the school develops actions related to the environmental aspects, like plantation of tree and plants in the school; they stimulate the preservation of the Environment in works which aim the cleanness and preservation of the school area, stimulating the pupils to acquire knowledge on the Environment. According to the information collected in the City department of Health and Social Assistance, many families of the city survive collecting recycled material, but there are not specific social actions aiming this public.

Key words: social service, social worker, pedagogical action, environmental education, school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A. S. - Assistente Social.

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

CNS – Conselho Nacional de Saúde.

D.S. – Desenvolvimento Sustentável.

E.A. - Educação Ambiental.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

ICC – Carta da Câmara de Comércio Internacional.

M.A. - Meio Ambiente.

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência.

R.I. - Revolução Industrial.

S.S. - Serviço Social.

UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A QUESTIONÁRIO SOCIAL	64
ANEXO B QUESTIONÁRIO SOBRE MEIO AMBIENTE	65
ANEXO C TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	67
ANEXO D PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	69
ANEXO F FOTOS	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1.1 Modificação ocorrida mediante a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, sobre o reordenamento do ensino fundamental. Série Escolar.	37
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 Quantidade de cômodos na residência dos entrevistados	41
Gráfico 4.2 Número de pessoas que residem com o entrevistado	42
Gráfico 4.3 Estrutura familiar dos entrevistados	43
Gráfico 4.4 Participação em programas sociais.....	43
Gráfico 4.5 Qual programa social participa?	44
Gráfico 4.6 Idade dos alunos entrevistados.....	45
Gráfico 4.7 Sexo dos entrevistados	47
Gráfico 4.8 Respostas à questão — o que é meio ambiente?.....	48
Gráfico 4.9 Respostas à questão: — qual matéria você tem sobre meio ambiente? ..	49
Gráfico 4.10 Respostas à questão: o que a escola ensina sobre meio ambiente?..	50
Gráfico 4.11 Respostas à questão: o que você vê a escola fazendo para preservar o meio ambiente?.....	51
Gráfico 4.12 Respostas à questão: o que você faz para preservar o meio ambiente?.....	53
Gráfico 4.13 Respostas à questão: como você espera ver o planeta terra quando estiver maior?	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	17
2.2 CAPITALISMO	18
2.3 GLOBALIZAÇÃO	21
2.4 GLOBALIZAÇÃO E O MEIO AMBIENTE	23
2.5 EDUCAÇÃO	25
2.6 SERVIÇO SOCIAL	27
2.7 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33
3. MATERIAL E MÉTODOS	36
3.1 ESPAÇO DA PESQUISA E POPULAÇÃO	36
3.2 A COLETA DE DADOS	37
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	38
3.4 ASPECTOS ÉTICOS	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1 PERFIL SOCIAL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS	40
4.2 RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA NA ESCOLA	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6. BIBLIOGRAFIA	59
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Há muitos anos, o homem vem retirando do Meio Ambiente as suas necessidades, exaurindo os recursos naturais, sem respeitar o seu potencial de regeneração e, assim, tornando a sua deterioração descontrolada. Tendo em vista os diversos estudos a respeito do assunto, sentiu-se a necessidade de sensibilizar a população, conscientizando-a dos males que o próprio homem tem causado ao Meio Ambiente (M. A.). A deterioração do Meio Ambiente atingirá níveis alarmantes, não havendo mais de onde retirar os recursos naturais necessários para a sobrevivência da humanidade, caso não se detenha esta prática.

Uma das metas da interdisciplinaridade é o de desenvolver ações que proporcionem a maior integração e ligação entre as profissões para que o objetivos das ações sejam alcançados da melhor forma possível. Desta forma, considera-se que através da orientação da Educação Ambiental (E.A.) e do trabalho interdisciplinar pode-se minimizar os efeitos da situação atual dos nossos recursos naturais e da ambiência.

É importante que os educadores ambientais e profissionais, envolvidos na elaboração e planejamento de metas em atividades públicas e privadas, possam alcançar um melhor entendimento do Desenvolvimento Sustentável. Convém, então, salientar que não é possível realizar-se, em um curto espaço de tempo, esse processo, uma vez que o modelo a ser construído, para o qual se deseja caminhar e pelo qual se deve orientar, somente será atingido através de mudanças sociais e educacionais, considerando-o de forma gradual e em longo prazo. Deve-se observar que o papel dos profissionais envolvidos na interdisciplinaridade e na causa ambiental, estará condenado ao fracasso, se não forem construídas unidades coerentes entre o ser e o fazer das ações propostas ou em desenvolvimento.

Percebe-se que, através do despertar da consciência e de uma maior divulgação das informações, pode-se atingir a sociedade sobre a necessidade da luta pela preservação do Meio Ambiente e de um trabalho constante que envolva todos nas questões relacionadas à Educação Ambiental.

A importância deste trabalho consistiu, fundamentalmente, em identificar e propor alternativas aos problemas ambientais existentes e mais constantes vivenciados pelos alunos de uma Escola Municipal.

Considera-se que as abordagens educativas sobre Educação Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (D. S.) permitem resgatar a consciência crítica, política e cidadã da população sobre tais questões, possibilitando aos alunos tornarem-se agentes multiplicadores das informações adquiridas no ambiente escolar sobre estas temáticas, visto que as mesmas serão levadas para suas casas, bem como para as comunidades em que residem. Essa abordagem requer comprometimento e conhecimento dos profissionais que irão atuar sobre o tema e a sua problemática. Portanto, aprender sobre Meio Ambiente não é só ler, mas também vivenciar o que este pode oferecer para se entender que, sem luta e sem compromisso, é impossível atingir-se a meta desejada.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de verificar o conhecimento e o tipo de intervenção social e pedagógica sobre a Educação Ambiental desenvolvida com os alunos do 5º e do 7º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no Município de São Sepé - RS.

Por meio deste objetivo geral, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: identificar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas na escola; verificar o conhecimento dos alunos do 5º ano e do 7º ano sobre a Educação Ambiental; caracterizar as ações sociais relacionadas às questões ambientais, na escola e levantar o referencial teórico sobre a problemática sócio-ambiental.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A degradação feita ao Meio Ambiente torna necessária a mudança na visão de mundo da nossa sociedade. No início, com a Revolução Industrial, ocorreu o aumento da pressão sobre os recursos naturais renováveis. O Capitalismo exacerbou o uso do Meio Ambiente e a globalização reforçou o uso constante dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, surgiu a luta pelo Desenvolvimento Sustentável.

2.1 Revolução Industrial

A expressão Revolução Industrial (R. I.) foi difundida, a partir de 1845, por Engels, um dos fundadores do socialismo científico, para designar o conjunto de transformações técnicas e econômicas que caracterizaram a substituição da energia física pela energia mecânica, da ferramenta pela máquina e da manufatura pela fábrica no processo de produção capitalista. Com a Revolução Industrial, completou-se a formação de duas classes fundamentais da moderna sociedade capitalista: a burguesa, que detinha as máquinas e ferramentas, e o proletariado industrial, proprietário apenas de sua força de trabalho, tornando, assim, convencional dividir o processo de industrialização em duas fases.

A primeira conhecida como Revolução Industrial (1760-1860), também conhecida como “era do carvão e do ferro” e a segunda, Revolução Industrial (1860-1914), também conhecida como “era do aço e da eletricidade”.

A Revolução Industrial foi marcada por diversas causas, porém as que merecem um destaque especial são: Revolução Comercial, acumulação primitiva de capital e o aparecimento das máquinas.

A Revolução Comercial (séculos XV-XVII), que se estendeu das Grandes Navegações ao início da industrialização, correspondeu a um gigantesco incremento do comércio, em consequência da descoberta dos novos continentes, do caminho marítimo para as Índias e da formação do mercado mundial. Com a Revolução

Comercial, as trocas espalharam-se por todo o planeta, ocorrendo uma fabulosa concentração de riquezas nos países da Europa Ocidental.

Nessa época, com a formação dos impérios coloniais, a Europa transformou-se no centro da economia mundial. Os produtos tropicais e o ouro do Brasil, os metais preciosos da América espanhola, os escravos da África e as especiarias do Oriente criaram condições para a primeira grande acumulação de capitais no continente europeu. Esse processo de concentração de riquezas na Europa, ocorrido durante a Revolução Comercial, ficou conhecido na história como acumulação primitiva de capital e proporcionou os recursos necessários à deflagração da Revolução Industrial.

A Inglaterra, com todo seu poder e riqueza, foi a pioneira no processo de industrialização, sendo o país que mais lucrou e mais riquezas acumulou, durante a Revolução Comercial, e, em meados do século XVIII, era o país europeu que possuía maior disponibilidade de capitais para aplicar na industrialização. Teve sua ascensão aos mares, superando o poderio naval holandês e, assim, tornando-se a “rainha dos mares”, conferindo-lhe o domínio do comércio mundial e permitindo-lhe organizar um imenso império colonial.

2.2 Capitalismo

O capitalismo foi uma conseqüência da passagem da primeira para a segunda Revolução Industrial, relacionando-se à crise do feudalismo, sendo este seu impacto fulminante, já que o sistema tinha potencialidade mercantil, isto é, a possibilidade de desenvolvimento do comércio em seus limites.

Nesta fase, o capitalismo, que pode ser definido, dentre outras características, pelas relações assalariadas de produção, começa a apresentar uma nítida separação entre os detentores dos meios de produção (capital) e os que só possuíam o trabalho, sendo também caracterizado por: produção para o mercado, trocas monetárias, organização empresarial e espírito de lucro.

Capital, segundo Araujo (2003), é uma palavra forte e, como conceito, é um dos mais importantes e mais controversos nas Ciências Sociais. Karl Marx, no

século XIX, definiu-o como o produto da mais valia (trabalho não-pago) produzido pelo trabalhador e apropriado pelos donos dos meios de produção.

Em comum com a economia clássica, ficava a idéia de que capital era o produto do trabalho utilizado para a produção de outros bens. Deste modo, pode-se compartilhar com a seguinte colocação de Araújo (2003):

Modernamente, na área econômica e empresarial, capital pode vir acompanhado de vários adjetivos: capital aberto, capital constante ou variável, capital de giro, capital de risco, capital fechado, capital financeiro, capital fixo, capital intensivo, capital social de empresas. A palavra é matriz econômica e ideológica de uma época da humanidade, a do capitalismo, que permanecerá alguns séculos (Araújo, 2003, p. 9).

Atualmente, é o capitalismo financeiro que predomina nas ações de desenvolvimento do mundo. Com o surgimento do mesmo, as relações mercantis¹ e as antigas comunidades, com suas culturas tradicionais, foram se esfacelando e sendo absorvidas pela cultura tecnológica, que vem sendo vivenciada até os dias de hoje. O êxodo dos campos em direção às cidades instituiu o viver em comunidade, visto que as cidades e o estilo de vida industrial, paulatinamente, tornaram-se sinônimo de cultura e civilização, opostos ao viver no campo, onde, na Idade Antiga era do campo que o homem tirava a sua sobrevivência. Sendo assim, com este êxodo descontrolado, cada um passou a ser mais responsável por si mesmo, e os problemas que eram resolvidos, coletivamente, no campo, tornaram-se um traço marcante da sociedade industrial: o individualismo². Dessa maneira a sociedade passou a desenvolver as suas potencialidades tornando o capital separado por quatro formas de ser.

A partir dos anos 1990, o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: capital natural, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; capital financeiro, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e finalmente, capital social, que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de

¹ Foi a política econômica dos Estados modernos em sua fase de transição para o capitalismo (por esse motivo, é também chamado pré-capitalista ou capitalismo comercial).

² É um conceito político, moral e social que exprime a afirmação e liberdade do indivíduo frente a um grupo, especialmente, à sociedade e ao Estado. Usualmente, toma-se por base a liberdade no que concerne à propriedade privada e à limitação do poder do Estado.

cooperação com vistas à produção de bens coletivos (Araujo, 2003, p. 9-10).

Alguns economistas, conforme Araujo (2003), lembram que riqueza e crescimento não dependem apenas de recursos naturais e/ou financeiros. A capacitação humana é fundamental para que as habilidades econômicas sejam desenvolvidas. A isso se deu o nome de capital humano. E esse mesmo capital pode ser definido com o passar dos anos tomando forma e força cada vez maior. O capital foi sendo desenvolvido cada vez mais para tornar a sociedade ainda mais forte e com maior potencialidade.

Um importante economista, Albert Hirshman, define capital social como aquele que argumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança e, logo, mais prosperidade. No sentido aqui aplicado, capital social é bom para a sociedade. Isso porque as sociedades fortes em capital social não geram apenas riqueza: geram também sentimentos de igualdade, de justiça, de bem comum. O crescimento econômico viria acompanhado de bens sociais, direcionados para o bem das pessoas e não para o aumento da riqueza como um fim em si mesmo. Nessa mesma linha de raciocínio, outro economista, Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1999, diria em seu livro *Desenvolvimento como liberdade* que o desenvolvimento econômico só faz sentido se tiver o homem como meio e como fim. Um ser humano que vive na penúria não tem condições de escolher seu modo de vida, a escola de seus filhos, o tipo de trabalho que vai praticar. A pobreza, a falta de recursos básicos, priva o indivíduo do exercício de suas liberdades primárias. Pior, impede-o de ser capaz de escolher (Araujo, 2003, p. 40 – 41).

Com o desenvolvimento acelerado e constante pelo qual o mundo vinha e ainda vem passando, foram as navegações e o processo colonialista que constituíram momentos que permitiram à humanidade acelerar os contatos de troca de informações, de técnicas, de cultura e, principalmente, expandir o capitalismo e interligar os mercados mundiais, tornando a multiplicação dos espaços de lucro (domínio de mercados, locais de investimento e fontes de matérias-primas) uma condução ao mundo da globalização.

De acordo com o pensamento de Barbieri (2005), para o fortalecimento da indústria e do comércio, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável, já que o capitalismo tem feito com que cada vez mais o desenvolvimento seja acelerado e, em sua maioria, descontrolado, a Agenda 21 estabeleceu, em sua criação, na Conferência Rio-92, duas áreas/programas, a saber: promoção de uma produção mais limpa e promoção da responsabilidade empresarial, já que não há apenas a

necessidade de o consumidor conscientizar-se, mas também de o empresário assumir seu papel nessa luta. O objetivo da primeira, segundo Barbieri (2005), é o de aumentar a eficiência da utilização de recursos, inclusive aumentando a reutilização e a reciclagem de resíduos e reduzindo a quantidade de despejos de resíduos por unidade produzida. A área/programa concernente à promoção da responsabilidade empresarial objetiva estimular o conceito de vigilância no manejo e na utilização dos recursos, por parte dos empresários, e aumentar o número de empresários cujas empresas apoiem e implementem políticas de Desenvolvimento Sustentável.

Torres (2004) enfatiza que, à medida que a economia esfriava, as rendas estatais não conseguiam cumprir com os gastos sociais, e os contribuintes começavam a expressar certo ressentimento para com aqueles que se beneficiavam mais da renda estatal (a burocracia estatal, beneficiários da previdência social, instituições que recebiam subsídios estatais, e assim por diante). Isso levou a um rompimento do consenso em torno da viabilidade e valor do Estado de bem-estar social. O Estado afastou-se de seu papel como árbitro entre o trabalho e o capital, aliando-se ao capital e forçando os trabalhadores a adotarem uma postura defensiva.

2.3 Globalização

Existem diversos fatores em jogo no processo de desenvolvimento, sobretudo os de natureza institucional e aqueles relativos ao substrato cultural da sociedade em questão, mas não parece ser possível isolar, nos últimos dois ou três séculos de crescimento cada vez maior do capitalismo, qualquer processo nacional de modernização econômica e social dos fluxos e refluxos das trocas inter – societárias – tecnologias, capitais, homens, ademais de produtos físicos e de bens intangíveis – que atuam sobre aquele processo nacional, no contexto da crescente interdependência planetária. E por qualquer ângulo que se olhe, percebe-se que cada indivíduo vive, hoje, numa sociedade mundial. As pessoas alimentam-se, vestem-se, moram, são transportadas, comunicam-se, divertem-se, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo

mundial, globalizado, onde o itinerário da globalização confunde-se com a própria marcha do capitalismo, definindo uma nova era da história humana.

O termo globalização, segundo Torres (2004), refere-se ao surgimento de instituições supranacionais cujas decisões moldam e limitam as opções de políticas para qualquer Estado específico; para outros, ele significa o impacto avassalador dos processos econômicos globais, incluindo processos de produção, consumo, comércio, fluxo de capital e interdependência monetária; ainda, para outros, denota a ascensão do neoliberalismo como um discurso político hegemônico. Por outro lado a *globalização* é, segundo alguns autores, principalmente, um conjunto de mudanças percebidas, uma construção usada pelos legisladores para inspirar o apoio e suprir a oposição a mudanças, porque “forças maiores” (a competição global, respostas a exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, obrigações para com as alianças regionais, e assim por diante) não deixam “nenhuma escolha” ao Estado, além de agirem segundo um conjunto de regras que não criaram.

A globalização dos mercados foi apresentada, teoricamente, pelo pensamento burguês como uma evidência correspondente a fenômenos profícuos e, onde a integração econômica dos tempos atuais nada mais seria que a recuperação do espaço para atuação plena de manifestações que expressam verdadeiras leis naturais.

Nesse sentido, Torres (2004) comenta que, de modo contrário à previsão de Marx e Engels, a globalização da economia produziu uma unificação do capital em escala mundial, enquanto trabalhadores e outros grupos subordinados tornaram-se mais fragmentados e divididos. De fato, a reestruturação neoliberal vem operando através da dinâmica impessoal da competição capitalista em um mercado comum, que é progressivamente desregulado, aumentando o impacto local das tendências globais. Os Estados tornam-se cada vez mais internacionalizados, no sentido de que suas agências e políticas ajustam-se aos ritmos da nova ordem mundial.

2.4 A Globalização e o Meio Ambiente

O modelo capitalista de produção foi aprofundando-se na esteira da participação, da segmentação e da desigualdade. Com o advento da Revolução Industrial, alargaram-se as possibilidades de se dominar a natureza para gerar mercadorias. As disparidades e as desigualdades foram sendo redesenhadas, pois aqueles que detinham os meios de produção exploravam cada vez mais os que não os detinham. As conseqüências desse modelo implantado foram assoladoras, principalmente para os países de economia periférica, os quais se tornaram dependentes dos insumos e equipamentos provenientes de indústrias transnacionais, para produzirem, até mesmo, a quantidade de alimento necessária para o seu consumo interno.

A globalização e o interesse mundial pela preservação do Meio Ambiente, em especial o do Brasil, parte da América do Sul e Central, onde se situam as maiores reservas florestais, aliadas a um potencial de água potável superior a 40% do disponível no mundo, foram alguns dos motivos que impulsionaram os países desenvolvidos a interferirem na forma como esses recursos estão sendo utilizados e dispor-se em investir no estabelecimento de normas e disposições para preservação.

Sendo assim podemos pensar a natureza dentro de sistemas ecossociais: todos os cidadãos são convidados, embora de maneira diferenciada, a participarem da construção de alternativas aos riscos pressentidos e presenciados no presente.

Pelo desenvolvimento não-sustentável, os ambientes foram modificados na sua estrutura mais básica, as culturas tradicionais relegadas ao termo atraso. A economia, agora mundial, transnacional, ocorre em um ambiente virtual chamado de mercado, do qual serão cidadãos aqueles que forem qualificados como consumidores. Parece que nada pode subsistir acima do consumo desenfreado, nem sustentabilidade, nem ética, nem parcimônia, nem subjetividade.

Barbieri (2005) destaca que é partindo dos princípios existentes na Declaração do Rio de Janeiro Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (vide anexo D), onde foi criada a Carta da Câmara de Comércio Internacional (ICC) formando assim exemplos de princípios gerais que podem ser utilizados para orientar a elaboração de políticas ambientais empresariais. Trazendo assim uma

atuação cada vez mais responsável pelos empresários para com o Meio Ambiente, podendo dessa maneira traçar ações de princípios diretivos.

Atuação Responsável - Princípios Diretivos:

1. Assumir o gerenciamento ambiental como expressão de alta prioridade empresarial, através de um processo de melhoria contínua em busca da excelência.
2. Promover, em todos os níveis hierárquicos, o senso de responsabilidade individual com relação ao meio ambiente, segurança e saúde ocupacional e o senso de prevenção de todas as fontes potenciais de risco associadas às suas operações, aos seus produtos e aos locais de trabalho.
3. Ouvir as preocupações da comunidade sobre seus produtos e suas operações e responder a elas.
4. Colaborar com órgãos governamentais e não-governamentais na elaboração e aperfeiçoamento de legislação adequada à proteção da comunidade, dos locais de trabalho e do meio ambiente.
5. Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos ambientalmente compatíveis. .
6. Avaliar previamente o impacto ambiental de novas atividades, processos e produtos e monitorar os efeitos ambientais das suas operações. .
7. Buscar continuamente a redução dos resíduos, efluentes e emissões para o ambiente, oriundos das suas operações.
8. Cooperar para a solução dos impactos negativos sobre o meio ambiente decorrentes da disposição indevida de produtos, ocorrida no passado.
9. Transmitir às autoridades, aos funcionários, aos clientes e à comunidade informações adequadas quanto aos riscos à saúde, à segurança e ao meio ambiente oferecidos por seus produtos e operações e recomendar medidas de proteção e de emergência.
10. Orientar fornecedores, transportadores, distribuidores, consumidores e o público para que transportem, armazenem, usem, reciclem e descartem os seus produtos com segurança..
11. Exigir que os empregados contratados, trabalhando nas instalações da empresa, obedeçam aos padrões adotados pela empresa contratante em segurança, saúde ocupacional e meio ambiente.
12. Promover os princípios e as práticas da Atuação Responsável, compartilhando experiências e oferecendo assistência a outras empresas para a produção, o manuseio, o transporte, o uso e a disposição de produtos (Barbieri, 2005, p. 72).

Um dos grandes desafios da nossa sociedade é fazer com que todas as empresas passem a se preocupar com o Meio Ambiente. Barbieri (2005) alerta que pouco ou nada se avançará nestas questões, de modo espontâneo. Daí a importância das pressões da comunidade, dos consumidores, dos segmentos organizados da sociedade civil, etc., e que, via de regra, transformam-se em instrumentos de política ambiental pública e iniciativas empresariais de auto-regulamentação. Também é importante colocar que há cada vez mais necessidade

de que as políticas públicas sejam executadas de forma a induzir práticas ambientais saudáveis por parte dos empresários.

Em suma, as políticas governamentais voltadas para induzir práticas ambientais saudáveis por parte das empresas devem usar todos os instrumentos possíveis. A longo prazo, provavelmente é a educação ambiental que deverá dar os melhores frutos na medida em que amplia o nível de conscientização da sociedade. A curto prazo é necessário impedir a degradação ambiental emergente através de instrumentos de comando e controle e dos mecanismos administrativos e judiciais. Os mecanismos de mercado, ao atuar sobre a estrutura de custo e benefício das empresas, estimulam a busca de soluções que tratem os problemas ambientais a partir de suas causas, de acordo com o conceito de cleaner production (Barbieri, 2005, p. 83).

As questões de natureza ambiental têm exigido uma participação vigorosa do Estado em todos os países em que elas estão sendo abordadas com êxito. Dependerão, também, dos seus instrumentos e da maneira como eles se articulam, entre si, e com as demais políticas públicas, notadamente as de ciência e tecnologia, energia, transporte, saneamento básico, educação, ocupação do solo e recursos hídricos, como diz Barbieri (2005):

Os instrumentos de política ambiental pública que objetivam alcançar efeitos nas empresas são basicamente de dois tipos: instrumentos econômicos e de comando e controle. Estes últimos visam restringir as ações do poluidor, fixando normas e padrões ambientais e fiscalizando o seu cumprimento. Os mais tradicionais são os regulamentos que estabelecem padrões de emissão e padrões de desempenho: os primeiros estabelecem níveis aceitáveis de poluição; os últimos referem-se à regulagem e ao modo de operação de equipamentos para reduzir a emissão de poluentes específicos (Barbieri, 2005, p. 80).

2.5 Educação

Ao longo de diversas épocas, a Filosofia, sistematicamente considerada, referiu-se à educação como uma questão pertinente na sociedade humana, tendo como necessidade a libertação do homem, passando pela possibilidade de recepção

do saber segundo o Iluminismo³, e este não podia ser dissociado de sua vontade de divulgar o saber e popularizar o conhecimento, sendo tal sentimento presente entre os gregos, como Sócrates e os sofistas.

O Iluminismo europeu, particularmente, mergulha na educação com os desafios lançados por uma abordagem epistemológica empirista que ressalta o papel das experiências vividas pelos homens. No entanto, o mesmo empirismo, em Locke, por exemplo, aponta para a importância da educação em elucidar o vivido e/ou se preparar para compreendê-lo mais plenamente. Portanto, a educação adquire um papel de superação em relação ao antigo regime caracterizado pela centralização do ensino e pela concentração de conhecimentos entre poucos escolhidos.

Além do Iluminismo, deve-se atentar, ainda, para a presença e a atuação do Romantismo que também insistia sobre o determinante papel da educação. O Romantismo constitui-se numa reação contra a frieza racionalista do Iluminismo, chamando a atenção sobre a natureza, a vida, o instinto, enfim, a sensibilidade. Kant reconhecia que a educação estava na base de todo aperfeiçoamento humano. Fichte insistia na educação e em sua relação com a política, segundo a qual se poderia estabelecer o fundamento para o futuro de toda uma nação, pois assim como a Revolução na França desestruturou todo um país, a ausência da educação poderia significar o colapso de toda uma nação.

Na busca de uma ação pedagógica que possa identificar-se como inovadora, que contempla uma crítica à sociedade de risco, não há espaço para o retorno à natureza, como se fosse possível um retorno ao passado ou recuperar aspectos que foram extintos pelo desenvolvimento. Por outro lado, cabe reconhecer que os habitantes que permanecem mais próximos da natureza, seja por vocação, ou por destino, ainda se constituem em princípio como modelos e referencial inconfundíveis de relacionamento mais adequado ao Meio Ambiente.

Para Freire (1996) a questão da identidade cultural, de que faz parte a dimensão individual e a da classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem a ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto

³ O ponto mais alto da revolução intelectual, o ápice do seu desenvolvimento, ocorreu durante o século XVIII, na França. Constituiu-se em uma fermentação de idéias que terminou por exercer profunda influência no pensamento e nas ações da humanidade.

que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo.

É interessante estender mais um pouco a reflexão sobre a assunção. Uma das tarefas mais importantes da prática educativa – crítica é propiciar as condições em que educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” de “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (Freire, 1996, p. 41).

Na perspectiva do Iluminismo, nada pôde ser mais personalizado, mais íntimo e local do que o processo educacional, em que as crianças e os jovens amadurecem num espaço de aquisição e aprendizagem de sua cultura familiar, regional e nacional. Antes da instituição da educação pública, a educação da elite era conduzida por tutores que trabalhavam com seus pupilos de forma altamente personalizada. A educação da mente, das capacidades e dos talentos do indivíduo eram um princípio básico.

As implicações políticas da educação superam as condições de um indivíduo a ser educado e constituem um conjunto estratégico de decisões que afetam a sociedade maior, de onde vem a importância da educação como política pública e o papel do Estado. Não sendo de surpreender que um dos principais propósitos de um sistema educacional projetado, dessa forma, seja criar um cidadão leal e competente.

2.6 Serviço Social

O surgimento das escolas de Serviço Social (S.S.), no Brasil, está ligado à ação da Igreja Católica, de maneira especial, às suas posições com relação à questão social; são colocações que tiveram por base os documentos do Magistério Eclesiástico que, no final do século passado e início deste, foram respostas aos problemas vividos, essencialmente, pela Europa. Estas posições foram mais tarde assumidas pelas igrejas dos demais continentes. No século XIX, na Europa, os

operários viviam em grau extremo de miséria e de exploração decorrente da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo. Essa situação dá uma grande dimensão à questão social, levando a Igreja a se posicionar, pois para a mesma época era vista como de grande crise, de decadência da moral e dos costumes cristãos. Esta situação decorreu do liberalismo e do comunismo. A igreja, a partir do final do século XIX, começou uma intervenção mais clara e definida no social.

Desde sua criação, o Serviço Social vem superando obstáculos, e, no presente, um dos maiores desafios que o Assistente Social (A.S.) vive é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do Assistente Social, historicamente, é o de um profissional que implementa políticas sociais.

Hoje, o Serviço Social vem sendo reconhecido como um tipo de especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade (IAMAMOTO, 1982 *apud* SOBRAL, 2004). Em tal abordagem, supõe circunscrever o exercício profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes. As mudanças históricas que estão, hoje, alternando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a sua divisão técnica, corporificadas em mudanças nas relações Estado/sociedade e nas forças de organização e de gestão do trabalho afetam diferentes profissões, entre elas o Serviço Social (SILVIA, 1996 *apud* SOBRAL, 2004).

O exercício da profissão de Assistente Social busca a promoção da mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas, a capacidade e empenho das pessoas na melhoria do seu bem-estar. É através da aplicação das teorias de comportamento humano e do Assistente Social, que o trabalho social focaliza a intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de Direitos Humanos e de justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social proporcionando ao mesmo, nas suas diversas vertentes, abrangerem as múltiplas e complexas inter-relações que se estabelecem entre as pessoas e o meio que as envolve. Sendo assim, é observável, que alguns indicadores evidenciem, hoje, a necessidade de se efetuar uma profunda revisão no modelo econômico atual.

Como alternativa a este modelo, foi proposto um novo paradigma que é chamado de Modelo de Desenvolvimento Sustentável, fundamentado na obtenção de desenvolvimento locais, nacionais e internacionais interagindo com objetivos econômicos, sociais e ambientais. Esse novo paradigma não deixa de ser uma formulação teórica cuja concretização exige muitos e variados esforços. Por este motivo, é de enorme importância considerar-se que a passagem de um modelo economista, como o atual, para um modelo construído, a partir dos princípios e valores da sustentabilidade, deve ser proposta como uma transição, em longo prazo, progressiva, respaldada por amplos consensos e por uma crescente aprendizagem social que levem à mudança nos padrões de produção e consumo, na adoção de tecnologias, na regulamentação e no estabelecimento de normas, na organização institucional e na percepção cultural da sociedade.

Nesse modelo, a capacitação, sensibilização e conscientização da população desempenham um papel fundamental. Como indicam Menacho e Cuadros, “solucionar essa crise ecológico-social, com uma profunda raiz humana, exige empreender uma aprendizagem social com a qual a população adquira uma visão global, integrada, sensibilizada pelo meio ambiente e cujos critérios de atuação individual, ou coletiva, na intervenção profissional, sejam coerentes com o novo paradigma da sustentabilidade que, para nós, é a nova maneira de ver as coisas (PÉREZ⁴, 2005, p. 29).

Dentro desse enfoque, é percebida cada vez mais a importância e a necessidade da mudança individual na resolução da problemática ambiental, ao se observar que os problemas ambientais têm origem em projetos pessoais concretos, pois cada pessoa é responsável por sua transformação e o que esta lhe traz. Para resolver essas questões, todos precisam mudar e não só em relação ao ambiente, mas num todo, pois este possui ligação ao social, ao individual, à economia, para que assim a solução seja alcançada. Existe na atualidade certa tendência a se eximir da responsabilidade ou esperar que outros resolvam esses problemas, até mesmo a dimensão coletiva na geração das questões ambientais, que precisa ser completada por uma proposta de reflexão e mudança individual. Sendo assim, o ser humano precisa ser, antes de qualquer coisa, educado a respeito de seus direitos e deveres, para que mais tarde não se diga que muitos cidadãos eximem-se de suas responsabilidades junto às questões debatidas e outras que possam surgir por falta de esclarecimentos, tanta é a importância dada à questão da transformação coletiva,

⁴ Consulta no livro Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

individual, social, econômica etc., dos mesmos.

É visto que em todo esse processo de mudança, a educação não apenas constitui um serviço social básico, mas precisa ser considerada como um dos eixos para a construção de um modelo sustentável de sociedade, como comenta Pérez: “(...) nenhuma mudança será realmente efetiva se não se tornar um verdadeiro exercício crítico acerca dos valores que intervêm na ação, os individuais e os coletivos” (p. 35).

Sob esse prisma, o Assistente Social vem desempenhando um papel importante no desenvolvimento e na mudança das questões ambientais. Assim, é possível dizer que, em princípio, o exercício de criar/recriar consciências constitui uma tarefa familiar, própria do dia-a-dia de muitos profissionais do Serviço Social, como formas de remover os obstáculos cognitivos, intelectuais e afetivos que se interpõem como inércia nos modos de pensar e agir de nossa sociedade.

O Assistente Social sabe que as estruturas mentais precisam de uma alimentação informativa para começar seus processos de mudança e que seu conteúdo, para ser processado, precisa de sistematização formal e, sobretudo, de um fundamento significativo a partir de um ponto de vista vivencial (LIBRERO, VÉLEZ E SÁNCHEZ⁵, 2005). Isto nada mais é do que a necessidade que a sociedade tem de educação, pois somente, por intermédio dela, pode-se chegar a uma mudança. É muito difícil transformar do dia para a noite o cotidiano e o pensar de uma população.

Acredita-se que é preciso situar-se em dois espaços, que são unidos por forças gravitacionais de rotação e de translação. Por um lado, o que se pode denominar de uma realidade noosférica e, por outro, de um âmbito disciplinar/profissional, o do Serviço Social, que gira em torno da abordagem dos processos que se produzem na primeira, tanto que ambos se constituem objetos e sujeitos e são indissociáveis.

É sabido por pela por muitos, a respeito dos grandes problemas ambientais, que estão sendo criados em nosso planeta em todos os âmbitos (o período está incompleto, sem nexos). O crescimento tecnológico excessivo vem criando um ambiente em que a vida torna-se prejudicial para o corpo e para a mente, e diversas fontes de tensão física e psicológica passaram a fazer parte da vida cotidiana da

⁵ Consulta no livro de Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

sociedade. Então, faz-se necessária uma transformação e, para que ela ocorra, precisa-se tornar a sociedade mais consciente do mal que tem causado ao Meio Ambiente.

[...] na formação das consciências é possível distinguir dois grandes processos: a formação intelectual [...] (através da linguagem semanticamente orientada) e a assunção do comportamento e outras atividades não-intelectuais. Por isso, na maioria da população, a formação das consciências esteve muito ligada às classes sociais e à forma da economia dominante (TERRÓN, 1997, p. 173-182 *apud* LIBRERO, VÉLEZ E SÁNCHEZ, 2005, p. 50-51)⁶.

Na ordem estratificada da natureza, seguindo Gregory Bateson, em que a mente dos seres humanos integra uma mente mais ampla, pertencente ao sistema biológico, social e ecológico, que por sua vez faz parte de uma espécie de mente universal ou cósmica, e caso limite-se os fenômenos mentais aos seres humanos, julga-se que o ambiente é desprovido de mente e tende-se a explorá-lo como se ele fosse assim, a atitude será muito diferente quando se considerar que o ambiente não apenas está vivo, mas também tem uma mente, assim como os seres humanos (LIBRERO, VÉLEZ E SÁNCHEZ, 2005)⁷. Dessa forma, será notado que o meio pensa, sente e responde a exploração e a agressão feita pela população a ele. Portanto, se o ponto de partida for acerca do objeto do S.S., pode-se construir uma idéia que transcende o nível do ser humano e suas configurações. Ao se explicitar que o objeto do S.S. são todos os fenômenos relacionados com o mal-estar psicossocial dos indivíduos (ZAMANILLO E GAITÁN, 1992:71 *apud* LIBRERO, VÉLEZ E SÁNCHEZ, 2005: 56)⁸.

Desse modo, é possível perceber-se que o Serviço Social tem uma importante função nessa luta, seja por uma intervenção, por mudanças de comportamentos, cultura e até mesmo de consciência da sociedade em relação às questões ambientais, pois o papel do Assistente Social é buscar maneiras de fazer com a população entender que não são apenas os profissionais que devem lutar, mas também ela deve fazer a parte que lhe cabe, para que através dessa luta possa ser visto um mundo diferente e uma sociedade mais consciente.

⁶ Consulta no livro de Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

⁷ Consulta no livro de Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

⁸ Consulta no livro de Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

Os questionamentos anteriores fundamentam e justificam as bases do Serviço Social Ambiental e seu campo de atuação que é amplo, necessário e inquestionável. O recente trabalho de Natalio Kisnerman define a gestão ambiental urbana como uma dimensão teórico-metodológica e crítico-operativa que, partindo do conhecimento e da análise da atual situação do mercado, no qual alguns autores estabelecem diferentes processos de uso dos recursos urbanos, permite impor um grau alternativo de racionalidade.

Nesse contexto, o Serviço Social Ambiental tem a função de integrar e coordenar ações destinadas a sensibilizar a população sobre esse desafio e intervir com seus métodos e técnicas para, na medida do possível, conseguir minimizar alguns desses efeitos em relação à comunidade.

- Sensibilizar os diferentes atores sociais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento dos recursos.
- Gerar organizações de base para gestão local, apoiando as tarefas dos municípios em matéria ambiental, desenvolvendo propostas de formação e capacitação destinadas a prevenir os problemas ambientais e manter seu meio ambiente em boas condições, assim como deter, e sempre que possível reparar, os danos causados. O desenvolvimento deve ser compatível com a satisfação de necessidades da população, com a preservação e valorização dos recursos e do meio ambiente da sociedade, uma vez que a vida é o valor de que todos deveremos cuidar (KISNERMAN, 1998, p.199 *apud* GARCÍA E AGUAYO⁹, 2005, p. 68).

Por fim, percebe-se que é evidente a necessidade de se incentivar os profissionais ligados a essa temática a se conscientizarem da importância da variável ambiental e a incluí-la nas políticas de bem-estar; a se capacitarem, pesquisarem e publicarem sobre este assunto, uma vez que esse é um campo futuro e um processo inexorável, sendo que Serviço Social, sem dúvida, tem muito a contribuir e a dizer.

⁹ Consulta no livro de Serviço Social e Meio Ambiente, Gómez, 2005.

2.7 Serviço Social e Educação Ambiental

Tendo em vista toda a história do Serviço Social, é possível verificar-se a importância do Assistente Social nas questões ambientais porque, segundo Pérez (2005), a contribuição dos profissionais do Serviço Social ao desafio da sustentabilidade concretiza-se no compromisso pessoal, na vivência e transmissão de valores e nos comportamentos mais sustentáveis. Pode-se dizer que o caminho de se avançar para o modelo proposto, supõe uma mudança na maneira de se situar ante a realidade, já que esta afeta o estilo de vida individual e coletivo, o consumo, a saúde, o civismo, a igualdade, sendo a mesma uma transformação na cultura coletiva que prejudica a maneira de pensar, sentir e agir, de se relacionar com a natureza e entre si.

Para que esse modelo seja alcançado, faz-se necessário uma mudança na concepção concreta do homem diante da natureza. Nesse processo, é fundamental que todos se situem como agentes ativos de sensibilização, tornando-se educandos e educadores em todas as facetas e âmbitos da vida.

Conforme Pérez (2005), a educação pode ser tomada como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social. Considerando, portanto, a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, compreende-se a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção.

Para Araujo (2003), a política educacional é a expressão da própria questão social, na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. E, aqui, deve ser ressaltada uma das principais características da realidade brasileira: o fato de a educação não ter se constituído, até o momento, em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil, conforme o que ocorreu em vários países como etapa fundamental do processo de consolidação do próprio modo de produção capitalista, ou seja, como um valor social universal e como condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas.

Diante desse contexto, pode-se corroborar com as idéias de Corrêa (2007), o qual acredita que, para uma efetiva compreensão da política educacional, é preciso referenciar o conjunto de áreas que são reguladas em termos das práticas e conhecimentos legais e educacionais, socialmente reconhecidos, hoje, enquanto arcabouço institucional desta política. A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do Ensino Fundamental, vê-se repleta, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, manifestam-se de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento, enquanto categoria social, exacerbadamente, mediados pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.

Para Pereira (2007), a própria trajetória dos assistentes sociais, no que se refere ao acúmulo teórico e profissional no campo das políticas sociais e, em particular, da assistência, tem sido um dos principais fatores de reconhecimento de sua presença em diferentes áreas de atuação, mas cuja efetiva inserção, assim como os alcances da sua atuação ultrapassam o campo da vontade e da competência, visto que expressam movimentos e processos concretos de organização dos serviços sociais no âmbito de estruturas institucionais, historicamente, construídas.

Dessa forma, esta possibilidade recai, novamente, no campo da organização e da intervenção política, pois expressará o resultado de um processo de ampliação das formas de enfrentamento das expressões da questão social no Ensino Fundamental. O reconhecimento do significado social e institucional desta inserção junto aos sujeitos, que atuam na área de educação representa, assim, um elemento decisivo para a sua efetivação, direcionando o debate para a esfera dos processos sociais dirigidos para a ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais.

A inserção dos assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais, em particular nas escolas do Ensino Fundamental, tem representado, na atualidade, não

apenas o desejo dessa categoria profissional e o resultado de sua atuação política e profissional na defesa dos direitos sociais e humanos, mas uma necessidade sócio-institucional, cada vez mais reconhecida no âmbito do poder legislativo de diferentes estados e municípios. A presença do Assistente Social, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. O trabalho desenvolvido pelo Assistente Social não se confunde com o dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo geral. A presença do Assistente Social nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa.

3.1 Espaço da Pesquisa e População

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no município de São Sepé - RS. É importante destacar que esta é uma das escolas municipais que mais vem desenvolvendo trabalhos com os alunos, no que diz respeito à Educação Ambiental. A população pesquisada foi composta pelos alunos do 5º ano e do 7º ano, tendo sido entrevistados 64 alunos, do 5º ano e 65 alunos, do 7º ano.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos, aleatoriamente, entre aqueles que apresentaram as seguintes características:

- Ser matriculado, ser assíduo e ser aluno do 5º e do 7º ano da referida instituição escolhida para a coleta de dados;
- Estar presente no dia e horário em que seria aplicada a pesquisa;
- Aceitar participar da pesquisa.

Foi considerada, nesta pesquisa, a atual classificação adotada no Ensino Fundamental. Portanto, 5º ano e 7º ano é o mesmo que dizer 4ª série e 6ª série da antiga classificação do Ensino Fundamental, respectivamente, tendo esta mudança ocorrido com a Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, conforme demonstrado na figura 3.1.

Texto do Formulário	Representação no Ensino Fundamental de nove anos
7 - CA (alfabetização)	7 - 1º ano do Ensino Fundamental
8 – 1ª série do Ensino Fundamental	8 - 2º ano do Ensino Fundamental
9 – 2ª série do Ensino Fundamental	9 - 3º ano do Ensino Fundamental
10 – 3ª série do Ensino Fundamental	10 - 4º ano do Ensino Fundamental
11 – 4ª série do Ensino Fundamental	11 - 5º ano do Ensino Fundamental
12 – 5ª série do Ensino Fundamental	12 - 6º ano do Ensino Fundamental
13 – 6ª série do Ensino Fundamental	13 - 7º ano do Ensino Fundamental
14 – 7ª série do Ensino Fundamental	14 - 8º ano do Ensino Fundamental
15 – 8ª série do Ensino Fundamental	15 - 9º ano do Ensino Fundamental

Figura 3.1 - Modificação ocorrida mediante a Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, sobre o reordenamento do Ensino Fundamental. Série Escolar. (Fonte http://www.mapadamidia.com.br/bolsafamilia/bfi_76.htm)

3.2 A Coleta de Dados

A aproximação do campo ocorreu através de visita à escola para a coleta de dados. Neste primeiro momento, foram apresentados os objetivos da pesquisa aos alunos de cada série, para assim conversar com eles, visando a motivá-los a participarem do estudo. A partir desta conversa, foi feito o convite para a participação na entrevista.

Foram realizadas 4 (quatro) visitas à escola, sendo distribuídas da seguinte maneira: uma, onde foi apresentada a proposta à direção; outra, para apresentar os objetivos e verificar o interesse dos alunos em participar, sendo entregue a eles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D) que deveria ser assinado por seu responsável. Houve, ainda, outra visita, para aplicar os questionários aos alunos do 5º ano e mais outra, para aplicar os questionários aos alunos do 7º ano. Neste mesmo momento, foi informado aos alunos que eles poderiam responder mais de uma alternativa nas questões, pois não havia certo ou errado, apenas era desejado saber o conhecimento deles sobre a temática, assim como verificar se havia, por parte da escola, alguma ação pedagógica voltada para o tema deste trabalho.

É importante mencionar que, durante as visitas feitas à escola, foram realizadas conversas informais com os alunos e professores, com o intuito de aproximação, quebra de barreiras e verificação dos dados coletados nos questionários, visando-se a obter maiores informações sobre a temática desta pesquisa, para que tais informações não fossem perdidas nos questionários.

Na realização da pesquisa foram coletadas informações nas conversas informais com a direção da escola e os alunos entrevistados.

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário (Anexo A e B), com questões fechadas e abertas, com a finalidade de se coletar informações acerca do conhecimento e o tipo de intervenção social e pedagógica desenvolvida com os alunos do 5º e do 7º ano pela escola.

Os itens do questionário social foram escolhidos em virtude dos entrevistados serem crianças que não poderiam informar de maneira precisa itens mais aprofundados sobre a realidade social em que vivem. Foi então elaborado um questionário que possibilitasse traçar um perfil social dos entrevistados respeitando as suas características.

A aplicação dos questionários foi agendada em dia e horário combinado com a direção da escola, de modo a não interferir nas aulas dos alunos. Estes encontros foram fotografados, mediante consentimento dos alunos e da direção da escola.

Para a organização, realizou-se a tabulação dos dados obtidos nas entrevistas, identificando-se as respostas que se assemelhassem ou se iguallassem, agrupando-as em um gráfico ou quadro analítico. Foi também verificado, lido e analisado todo material elaborado pelos alunos, durante a aplicação dos questionários, identificando-se, por exemplo, alguma resposta diferente das existentes nas questões fechadas.

3.2 Análise dos Dados

A análise dos dados constituiu-se na forma quantitativa, avaliando-se os dados percentuais com auxílio de tabela, gráficos e figuras de freqüência simples.

A fase de ordenação dos dados contemplou a releitura das entrevistas, visando-se à identificação de idéias existentes para a classificação dos dados

coletados. Após a fase de ordenação, buscou-se uma articulação, entre o material estruturado nas entrevistas e o referencial teórico estudado e desenvolvido neste trabalho, procurando-se identificar o conteúdo subjacente através daquilo que foi manifestado nas entrevistas pelos participantes.

De acordo com Minayo (2007), por meio da análise de conteúdo, pode-se caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

3.3 Aspectos Éticos

A realização desta pesquisa foi autorizada pela Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath de São Sepé. Os princípios éticos foram respeitados, de forma a se proteger os direitos dos participantes envolvidos na pesquisa. Os alunos entrevistados receberam informações a respeito do objetivo da pesquisa e sobre quaisquer dúvidas que viessem a ter sobre a aplicação do questionário e a temática em questão. Os dados coletados foram apenas parte integrante deste estudo, mediante o Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D). Este documento foi assinado pela direção da escola, pelos entrevistados ou responsáveis (se menor de idade) e pelo entrevistador, conforme determina a Resolução nº. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes não sofreram nenhum tipo de dano, coerção ou constrangimento, tendo o entrevistado, dentro do que foi perguntado, o direito de responder o que lhe conviesse.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previamente assinado pela pesquisadora, foi entregue em duas vias: uma delas ficou com o responsável pelo entrevistado e outra ficou em posse da pesquisadora.

Ficou esclarecido aos participantes que os formulários com as entrevistas ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, sendo destruído, após este período, e mantido o sigilo sobre as respostas dos participantes, bem como as suas identidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Minayo (2007), em pesquisa, não há fronteiras entre a coleta das informações, o início do processo de análise e a interpretação. Sendo assim, quando se avaliam tais pontos, deve-se verificar os seguintes itens no material disponível, antes de se chegar ao término da discussão: (a) se há qualidade e clareza nos dados coletados e (b) se os mesmos são suficientes para a análise.

4.1 Perfil Social dos Alunos Entrevistados

As informações coletadas nas conversas informais com a direção da escola permitiram avaliar que muitos dos alunos são filhos de catadores de materiais recicláveis, fazendo com que seja possível observar o envolvimento das crianças e adolescentes nas questões ambientais.

O nível socioeconômico da população pesquisada, em sua maioria de classe média, tem renda mensal de aproximadamente 2 salários mínimos, tornando importante traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados através de perguntas relacionadas as condições habitacionais, à estrutura familiar, a participação em projetos sociais, entre outras questões, que tornam esse perfil importante para a pesquisa.

Os resultados obtidos com a aplicação do Questionário Social (Anexo A) proporcionaram avaliar o perfil social dos pesquisados, assim como, observar se havia alguma diferença no conhecimento dos mesmos em relação ao Meio Ambiente e/ou Educação Ambiental com sua condição sócio-econômica ou se as mesmas estão apenas ligadas pelo aprendizado no ambiente escolar e o aprendizado no ambiente escolar.

O número de cômodos existentes na casa dos alunos do 5º e do 7º ano eram de 4 a 7, em sua maioria, conforme dados apresentados no Gráfico 4.1. Esta distribuição do número de cômodos revelou que a maioria dos entrevistados possuía

uma infra-estrutura bem definida em suas residências. Isto indicou que havia um ambiente confortável para seus moradores.

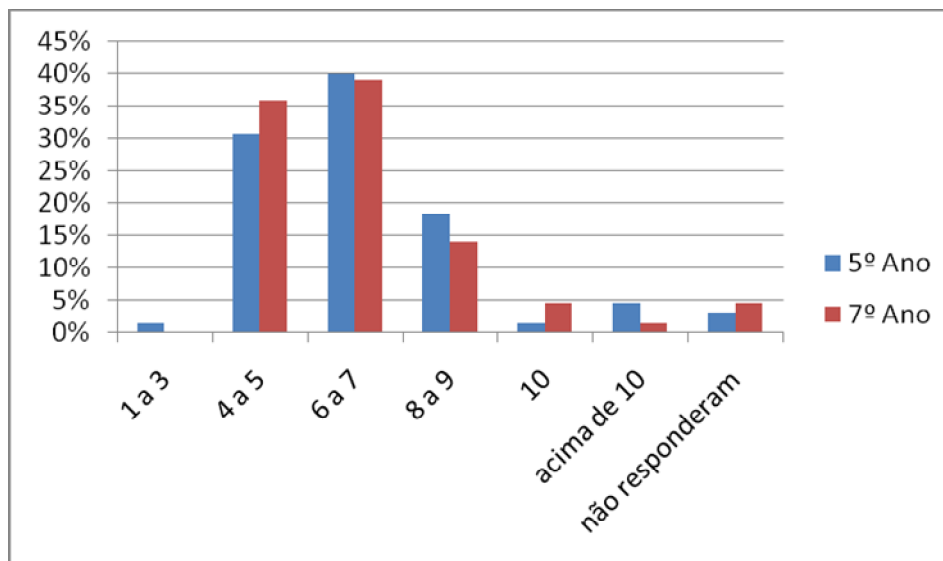


GRÁFICO 4.1 – Quantidade de cômodos na residência dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

O número de pessoas que residiam com os alunos do 5º e do 7º ano eram de 2 a 5, em sua maioria, conforme dados apresentados no Gráfico 4.2. A distribuição do número de pessoas que residia com os entrevistados indicou que mais de 60% dos alunos do 5º ano, e mais de 40% dos alunos do 7º ano possuíam um número razoável de moradores na mesma residência.

Isso evidencia a existência de um grande número de moradores com a maior parte dos entrevistados, possibilitando assim um contato cada vez maior deles com outras pessoas, para que dessa maneira eles possam desenvolver suas habilidades de comunicação e multiplicação do conhecimento adquirido.

Mais de 60% dos alunos do 5º ano residiam com pai, mãe e irmãos, sendo também importante registrar que quase 30% destes alunos tinham seus avós residindo com eles, e mais de 50% dos alunos do 7º ano residiam com pai, mãe e irmãos, de acordo com dados apresentados no Gráfico 4.3. Como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Capítulo IV, Parágrafo Único: “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, tornando, a partir desta

preconização, viável a união do ambiente escolar e familiar no aprendizado da criança e/ou adolescente. O ambiente em que residem os entrevistados está condicionado a uma relação familiar estável e socialmente estável. Verificando o gráfico 4.3 é possível observar que a diferença apresentada entre os alunos do 5º e 7º ano é muito pequena. A diferença verificada é devida ao fato do número de alunos entrevistados do 7º ano que possuem seus avós residindo em seu quadro familiar é muito pequena.

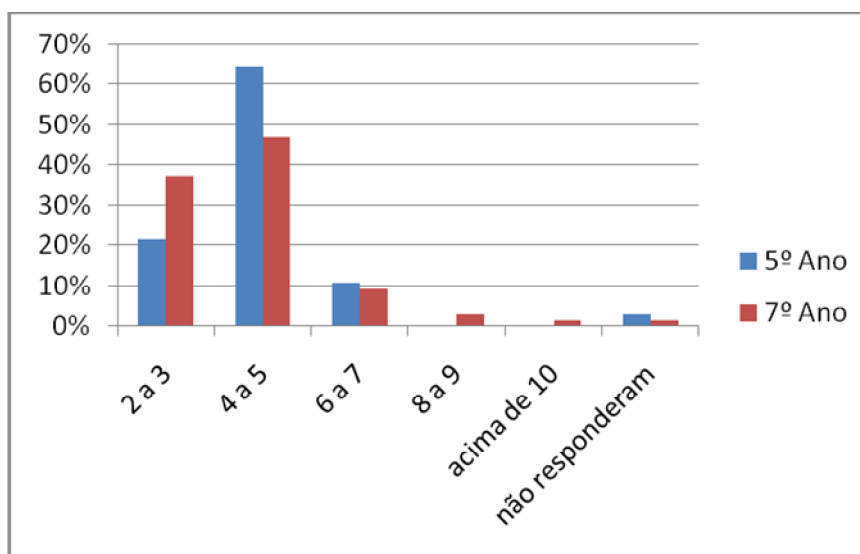


GRÁFICO 4.2 – Número de pessoas que residiam com os alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Também é importante ressaltar, nesse item, que o somatório das porcentagens excedeu o número de entrevistados, isso se deu, porque eles poderiam e, assim o fizeram, responder quem seriam todos os moradores de sua casa, e isso remete à situação de que no somatório o total seja maior do que o número de entrevistados.

Verificou-se, por outro lado, que existia a participação em Programas Sociais, de esfera municipal, estadual ou, federal, sendo esta participação de iniciativa voluntária, por parte das crianças e/ou adolescentes, mas com total apoio e incentivo de seus familiares. Os alunos do 5º e do 7º ano, em sua maioria, participavam de Programas Sociais, indicados pelos dados apresentados no Gráfico 4.4.

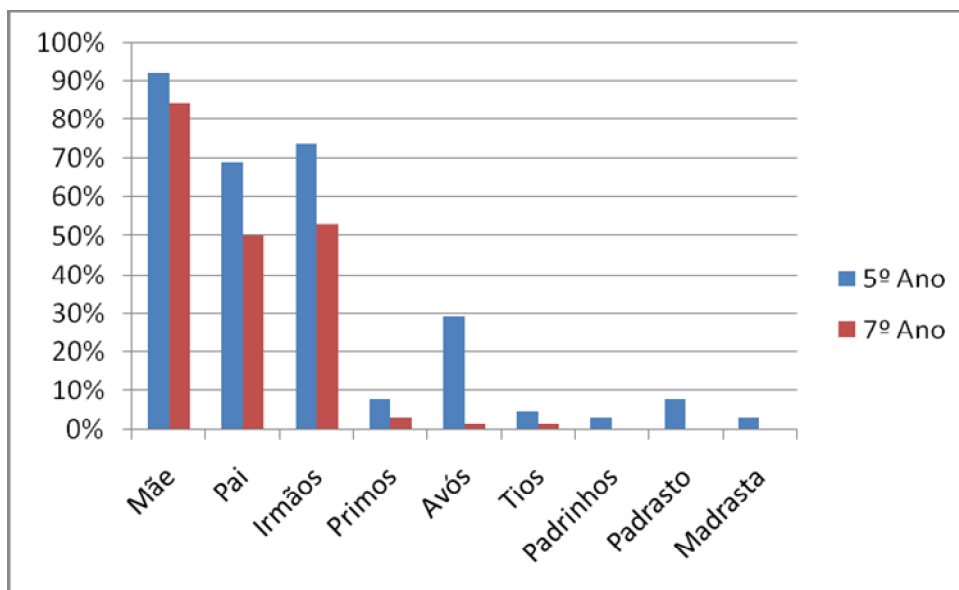


GRÁFICO 4.3 - Estrutura familiar dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

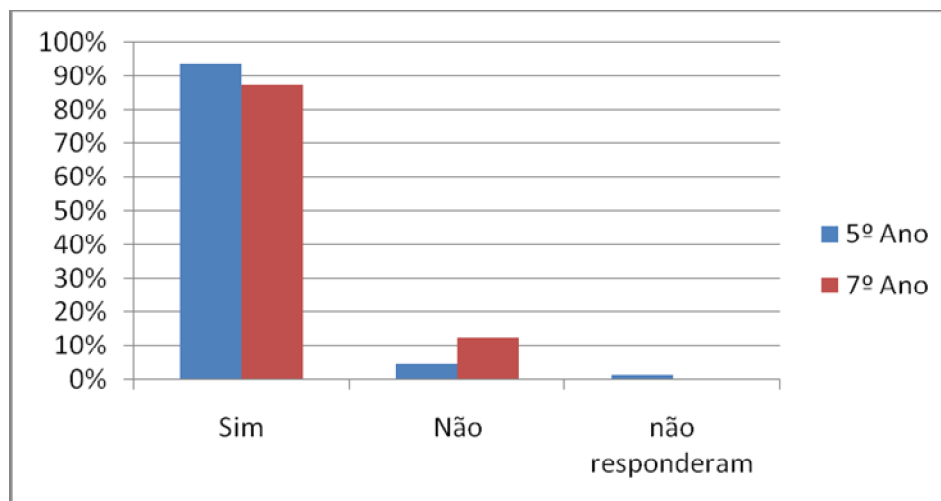


GRÁFICO 4.4 - Participação em programas sociais pelos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

A participação em Programas Sociais, pelos entrevistados, indica que, em sua maioria, estão recebendo informações de outras instituições além da escola, visto que mesmo sendo de cunho social, os Programas impõem suas condicionalidades aos participantes, para que eles possam dar uma contrapartida, e não apenas receberem os benefícios oferecidos pelos Programas Sociais. Portanto, pode-se dizer que cada vez mais a sociedade, o Governo, os Programas Sociais e outros

estão direcionando suas ações para a área ambiental. Isto torna possível dizer que nas oficinas sociais um dos temas trabalhado com os usuários é o Meio Ambiente, como é visto nos informativos de muitos Programas Sociais.

Devido a grande participação em programas sociais, foi possível identificar em qual programa o aluno participava cujos resultados foram apresentados no Gráfico 4.5. Nos resultados obtidos, cerca de 19,97% dos entrevistados, do 5º ano e 7,8%, do 7º ano participavam de mais de um Programa Social.

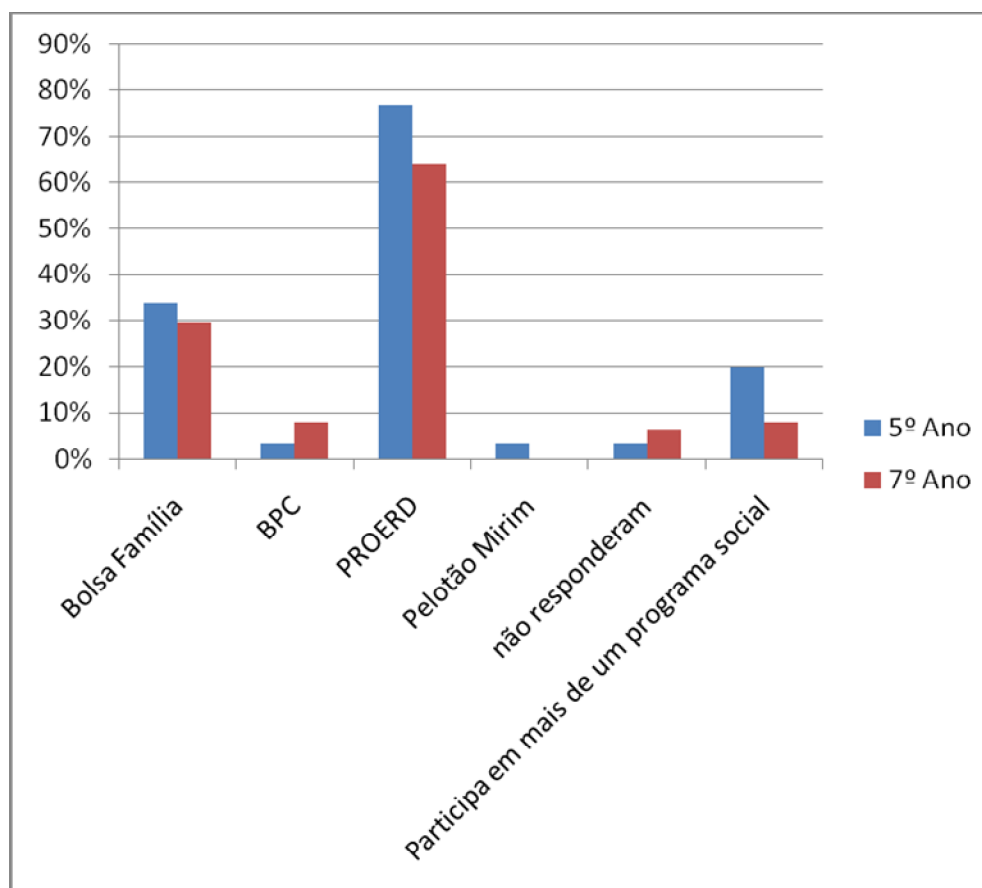


GRÁFICO 4.5 – Resposta à pergunta - De qual programa social participa? - dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Cerca de 80% dos entrevistados, do 5º, e 65%, do 7º ano participavam do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). O objetivo do PROERD é oferecer atividades educacionais, em sala de aula, através do esforço cooperativo entre Polícia Militar, escola e família, proporcionando às

crianças e adolescentes o desenvolvimento das suas potencialidades, ajudando a preparar para o futuro uma geração consciente do exercício de sua cidadania. Este dado permitiu considerar a inserção dos alunos em ambientes formadores de cidadãos conscientes de suas atribuições. Existe a possibilidade de que a maioria dos entrevistados do 5º e do 7º ano possui condições de multiplicar as informações e conhecimento adquirido ao maior número de pessoas, tendo em vista a diversidade de ambiente em que os mesmos encontram-se inseridos. Com base no perfil traçado, é perceptível que os entrevistados do 5º ano tinham uma maior participação em Programas Sociais do que os do 7º ano.

Mais de 60% dos alunos do 5º ano possuíam de 9 a 10 anos de idade, e mais de 50% dos alunos do 7º ano possuíam de 11 a 12 anos de idade, conforme dados apresentados no Gráfico 4.6. A verificação da faixa etária dos entrevistados indicou que todos ainda eram crianças. Portanto, pode-se dizer que estão em fase de aprendizado e formação de valores, tornando mais fácil a sua inserção em grupos que estimule o aprendizado e a transformação deles em agentes multiplicadores dos conceitos de preservação do Meio Ambiente e/ou Educação Ambiental. Acredita-se que seja positivo o fato de as crianças e adolescentes terem pouca idade, e isso ajudará para que os mesmos possam crescer, sendo incentivados de forma correta, a se tornarem adultos conscientes de seus deveres para com o Meio Ambiente.

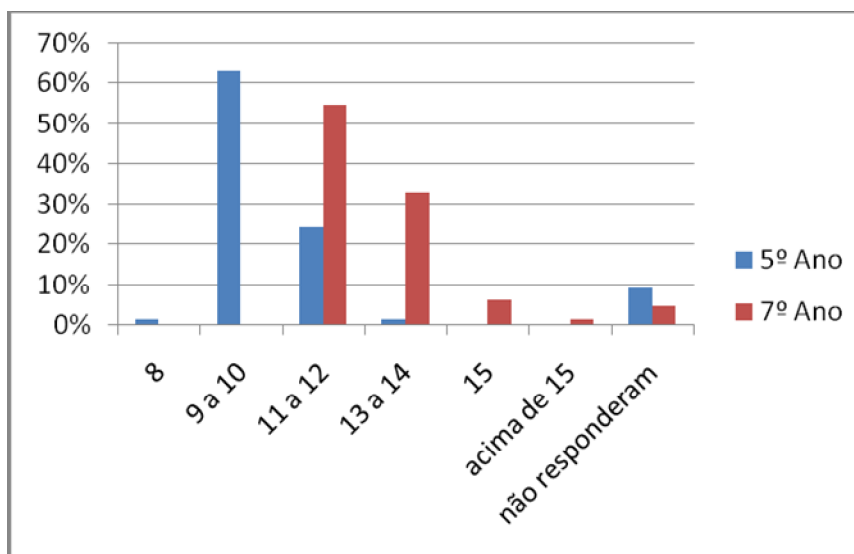


GRÁFICO 4.6 – Idade dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Em relação à estrutura etária, a população vem passando por um processo de gradual envelhecimento, com redução da proporção relativa de crianças e jovens, fruto, principalmente, da queda dos níveis de fecundidade nas últimas décadas. Em 2000, a proporção de mulheres, com menos de 15 anos de idade, atingia a 28,7%, enquanto que, em 1980, esta proporção alcançava 37,6%. Esta mudança refletiu-se, também, na idade mediana da população feminina, que era de 19,4 anos, em 1980, e alcançou 24,9 anos em 2000.

Mais de 50% dos entrevistados do 5º e do 7º ano eram do sexo feminino, conforme os dados apresentados no Gráfico 4.7. A proporção da participação feminina demonstra a representatividade do grupo de análise em relação à participação, quanto ao gênero, comparada à população brasileira. Esse fator também pode ser relacionado ao fato de que a maior parte dos meninos na faixa etária dos alunos entrevistados ingressa no mercado informal de trabalho para ajudar no sustento da família em virtude da situação socioeconômica. Isto dificulta a conciliação do estudo com o trabalho, pois o mercado informal funciona quase sempre no horário escolar.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, havia no Brasil um contingente de 86.223.155 mulheres, das quais 11.16.635 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 12,9%. Para cada 100 mulheres, havia, no Brasil, 96,93 homens, ou seja, em números absolutos, havia mais 2.647.140 mulheres do que homens. Os censos anteriores, igualmente, revelaram a maior presença de mulheres no Brasil, sendo a principal razão disso, o diferencial de mortalidade que determina uma vida média mais elevada para as mulheres. Nas últimas duas décadas, a proporção de homens vem se reduzindo muito discretamente, passando de 98,7, em 1980, para 97,5 em, 1991, e 96,9, em 2000.

A sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais, nesses últimos 20 anos, que repercutiram, intensamente, nas diferentes esferas da vida familiar. As tendências, que mais se destacaram quanto às formas de organização doméstica, foram a redução do tamanho das famílias e o crescimento da proporção das famílias cujas pessoas responsáveis eram mulheres. Em 2000, o Censo Demográfico verificou que 24,9 % dos domicílios tinham mulheres como responsáveis.

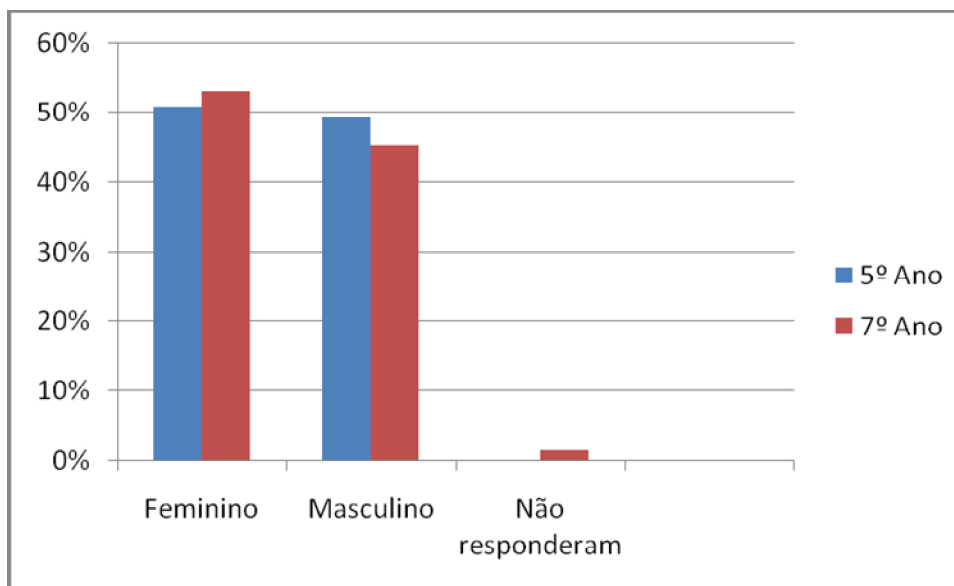


GRÁFICO 4.7 – Sexo dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Portanto, é possível traçar o seguinte perfil dos entrevistados do 5º ano: 63,07% dos entrevistados tinham de 9 a 10 anos, 50,76% era do sexo feminino e 49,23% era do sexo masculino. Residiam em casas, de 6 a 7 cômodos, 40% dos entrevistados, que eram divididos com 4 a 5 pessoas, configurando um total de 46,87%. Moravam, em sua maioria, com pai, mãe e irmãos, sendo que isto ainda pode remeter a informação de que estavam enquadrados nos padrões tradicionais de família. Dos alunos entrevistados, 87,5% participavam de programas sociais, sendo o de maior participação, o PROERD, com 76,92%. Segundo a base de dados coletados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de São Sepé – RS, na escola onde a pesquisa foi realizada havia um número considerável de crianças e/ou adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal, mas foi detectado que a informação não se aplicava aos alunos do 5º e do 7º ano, que, como já foi apresentado, participavam, em sua maioria, do PROERD.

4.2 Relações da Educação Ambiental desenvolvida na escola.

Foram analisados os dados obtidos referentes ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela escola, assim como, avaliado o grau de conhecimento dos alunos do 5º e do 7º ano em relação ao Meio Ambiente para, assim, observar se havia

alguma diferença no conhecimento dos mesmos sobre esta temática em virtude da diferença no grau de escolaridade.

Analisando-se a questão - O que é Meio Ambiente? - com as seguintes opções para resposta: a) É o que faz os seres humanos estarem vivos; b) É a base para a qualidade de vida dos seres humanos; c) É o meio onde vivemos; d) Todas as respostas, pôde-se perceber que 55,38% dos alunos do 5º ano optaram, como resposta a esta questão, a *letra C*; 36,92%, pela *letra D* e 48,43% dos alunos, do 7º ano, optaram, como resposta, a *letra C*, e 37,5%, pela *letra D*, conforme dados apresentados no Gráfico 4.8. Também é válido informar que 29,21% dos entrevistados do 5º ano, e 6,23% dos entrevistados do 7º ano responderam mais de uma opção para esta questão.

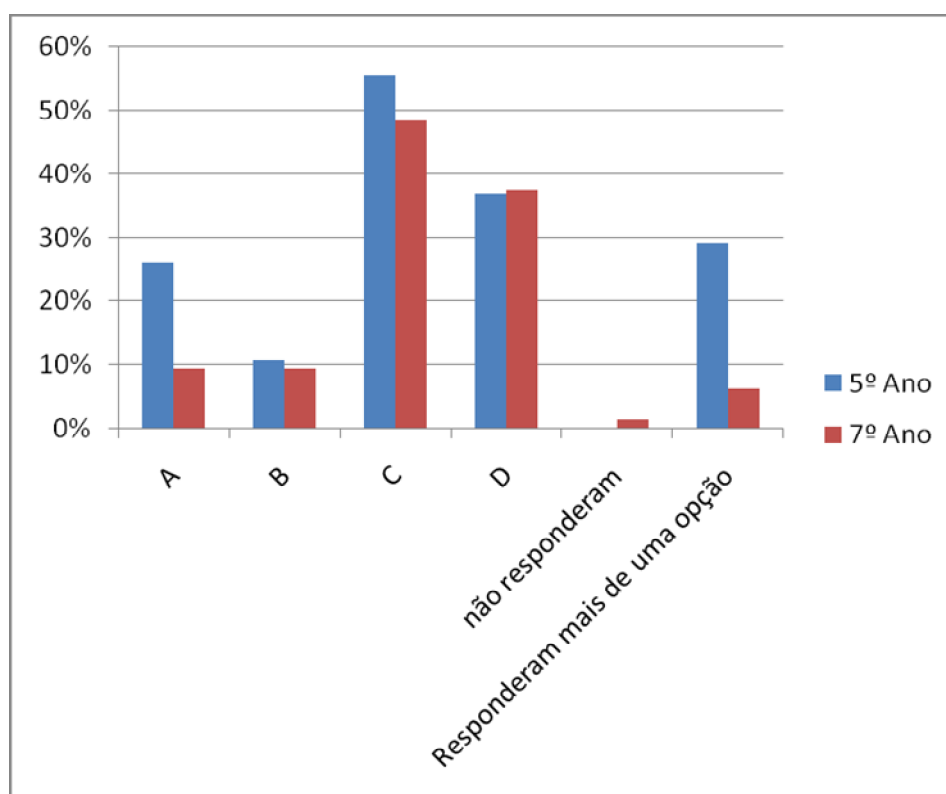


GRÁFICO 4.8 – Respostas à questão — o que é Meio Ambiente? — conforme as seguintes opções: a) É o que faz os seres humanos estarem vivos; b) É a base para a qualidade de vida dos seres humanos; c) É o meio onde vivemos; d) Todas as respostas. — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Analisando-se a questão — qual matéria você tem sobre Meio Ambiente — com as seguintes opções para resposta: a) Ciências; b) Geografia; c) Biologia; d)

Nenhuma das respostas, pôde-se observar que 55,38% dos alunos do 5º ano citaram como resposta a esta questão a matéria de *Ciências*, e 83,07% pela matéria de *Biologia*; 84,37% dos alunos do 7º ano optaram como resposta a matéria de *Ciências*, e 21,87%, por *Geografia*, conforme dados sinalizados no Gráfico 4.9. A verificação desta informações indica que a escola tem desenvolvido nestas disciplinas ações pedagógicas que estimulam o aprendizado dos alunos em assuntos relacionados à preservação do Meio Ambiente e/ou Educação Ambiental. Ficou claro que os alunos poderiam optar por mais de uma resposta, portanto houve alunos que optaram por duas matérias, tanto nas turmas do 5º como do 7º ano.

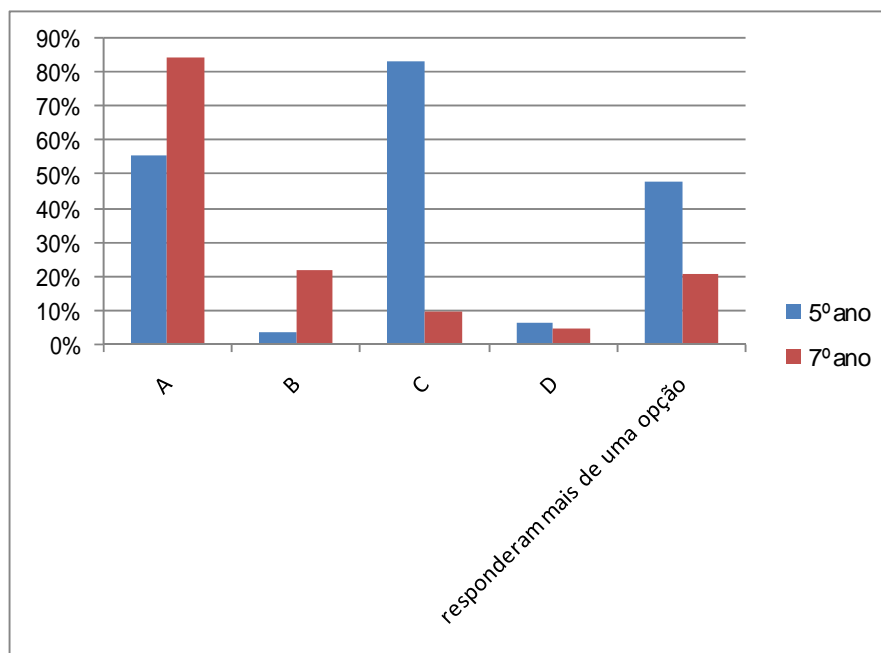


GRÁFICO 4.9 - Respostas à questão: — qual matéria você tem sobre Meio Ambiente? — conforme as seguintes opções: a) Ciências; b) Geografia; c) Biologia; d) Nenhuma das respostas — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Foi analisada a questão — o que a escola ensina sobre Meio Ambiente? — com as seguintes opções para resposta: a) Que o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivos; b) Que podemos destruir todo o Meio Ambiente, porque ele não é necessário para a nossa sobrevivência; c) Que é necessário preservar o Meio Ambiente, para que no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele; e d) Todas as respostas. Foram verificados os seguintes dados apresentados no Gráfico

4.10: 32% dos alunos do 5º ano optaram como resposta que a escola tem ensinado que é necessário preservar o Meio Ambiente para que no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele, e 28%, todas as respostas. Dos alunos do 7º ano, 82,81% optaram como resposta sobre o que a escola ensina que é necessário preservar o Meio Ambiente, para no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele, e 25% o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivos. Verificou-se que 15% dos entrevistados do 5º ano e 10,93% dos entrevistados do 7º ano marcaram como resposta mais de uma opção.

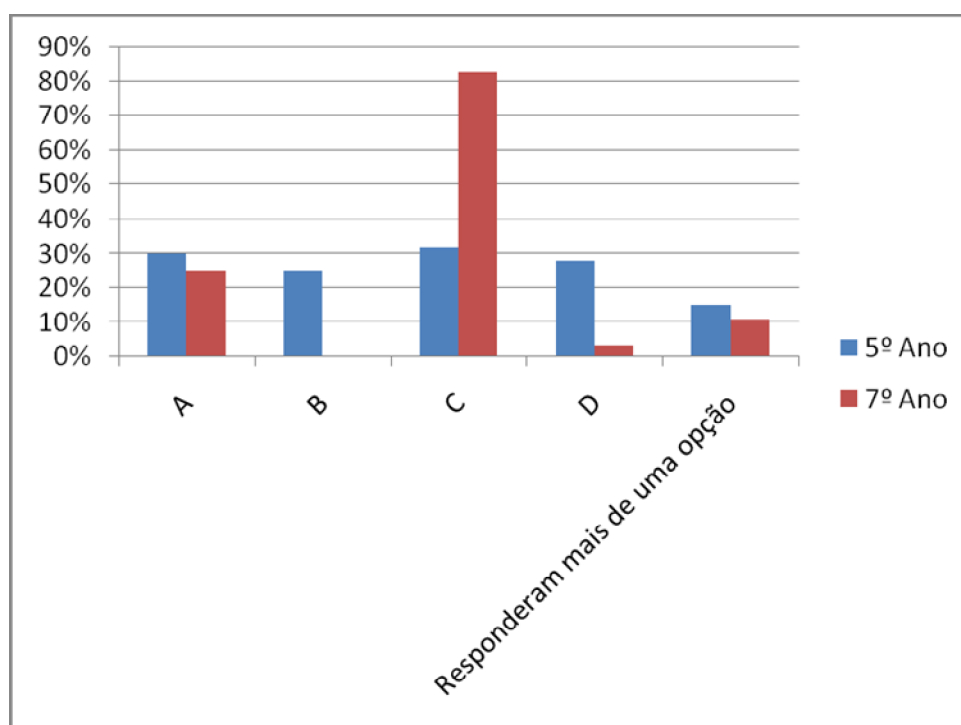


GRÁFICO 4.10 — Respostas à questão: o que a escola ensina sobre Meio Ambiente? — conforme as seguintes opções: a) Que o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivos; b) Que podemos destruir todo o Meio Ambiente, porque ele não é necessário para a nossa sobrevivência; c) Que é necessário preservar o Meio Ambiente, para que no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele; d) Todas as respostas — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Neste ponto, pode-se considerar que, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, os alunos do 5º ano possuem uma grade curricular diferente dos alunos do 7º ano. Os alunos têm conteúdos relacionados às questões ambientais desenvolvidos de forma distinta em função da série escolar. Assim, em alguns itens,

as respostas dos alunos são influenciados pelo fato do tema da questão não ter sido explorado em sala de aula com os entrevistados.

A questão — o que você vê a escola fazendo para preservar o Meio Ambiente? — com as seguintes opções para resposta: a) Separam o lixo orgânico do lixo seco; b) Orientam os alunos a não desperdiçarem água; c) Plantam árvores; d) Nenhuma das respostas pôde ser observada, de acordo com os resultados demonstrados no Gráfico 4.11. Nas respostas a esta questão observou-se que 92,3% dos alunos do 5º ano optaram como resposta *que vêem a escola desenvolver a separação do lixo seco do orgânico como ação para preservar o Meio Ambiente* e 49,23% *que ela orienta os alunos a não desperdiçarem água*. Dos alunos do 7º ano, 79,68% optaram como resposta *que a escola separa o lixo seco do orgânico* e 46,87%, *que ela orienta os alunos a não desperdiçarem água*, Verificou-se que os alunos responderam mais de uma letra nesta questão, tendo um total de 67,68% dos entrevistados do 5º ano optado por mais de uma letra e 57,79% dos entrevistados do 7º ano.

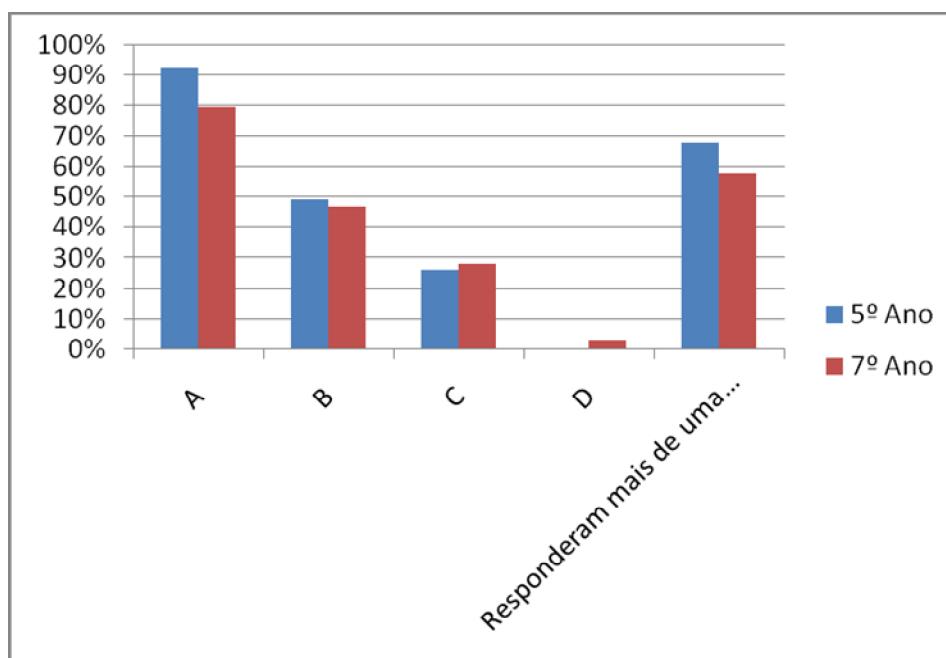


GRÁFICO 4.11 - Respostas à questão: o que você vê a escola fazendo para preservar o Meio Ambiente? Conforme as seguintes opções: a) Separam o lixo orgânico do lixo seco; b) Orientam os alunos a não desperdiçarem água; c) Plantam árvores; d) Nenhuma das respostas — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Em relação à análise das respostas dos alunos, podem-se apontar as ações que a escola vem desenvolvendo para mostrar, dentro de suas instalações, exemplos de como preservar o Meio Ambiente como a separação do lixo seco do orgânico e evitar o desperdício de água induzem os alunos para a prática, no seu dia-a-dia, desses exemplos. Percebeu-se, neste estudo, que existem outras maneiras de preservação do Meio Ambiente, mas esses itens foram escolhidos por estarem mais presentes no dia-a-dia dos entrevistados.

Os exemplos que podem ser citados de ações para preservação do Meio Ambiente e de trabalhos para Educação Ambiental são temas como preconceito, higiene, sexualidade, drogas entre outros. Na separação do lixo seco e orgânico deve-se considerar que o papel e o plástico são um tipo de lixo orgânico devido a sua natureza química (compostos de carbono — química orgânica), mas no dia-a-dia dos entrevistados esse tema gera muita polêmica. Isto foi constatado nas conversas informais com os entrevistados e durante a aplicação do questionário. Este item foi abordado e esclarecido durante a pesquisa.

Analisando-se a questão — o que você faz para preservar o Meio Ambiente? — com as seguintes opções para resposta: a) Não jogar lixo no chão; b) Separar o lixo orgânico do lixo seco; c) Deixa a torneira sempre aberta; d) Todas as respostas, pôde-se perceber que 90,76% dos alunos do 5º ano optaram *como resposta que não jogam lixo no chão para preservar o Meio Ambiente* e 64,61% que *separam em casa o lixo seco do lixo orgânico*, e 85,93% dos alunos do 7º ano optaram *como resposta também a ação de não jogarem lixo no chão para preservar o Meio Ambiente* e 45,31% que *separam o lixo seco do lixo orgânico*, conforme os resultados apresentados no Gráfico 4.12. A verificação dessa informação indicou as ações que os alunos estavam desenvolvendo no ambiente familiar para preservar o Meio Ambiente. Também é válido informar que, como os alunos poderiam optar por mais de uma letra como resposta, houve como dado que 61,51% dos entrevistados do 5º ano e 32,8% dos entrevistados do 7º ano marcaram como resposta mais de uma letra.

Analisando-se a questão — como você espera ver o planeta Terra, quando estiver com mais idade? — com as seguintes opções para resposta: a) Com menos queimadas nas florestas; b) Mais preservado e com pessoas que não destruam; c) Destruído e sem florestas; d) Nenhuma das respostas, pôde-se detectar que 72,3% dos alunos do 5º ano optaram *como resposta que esperam ver o planeta com menos*

queimadas nas florestas e 70,76% mais preservado e com pessoas que não o destroam, e 45,31% dos alunos do 7º ano optaram como resposta que também esperam ver o planeta Terra com menos queimadas nas florestas, e 67,18% esperam ver o planeta Terra mais preservado e com pessoas que não o destroam, conforme dados indicados no Gráfico 4.13. Também é relevante informar, que como os alunos poderiam optar por mais de uma letra como resposta, cerca de 49,19% dos entrevistados do 5º ano e 43,73% dos entrevistados do 7º ano marcaram como resposta mais de uma letra. A verificação desta informação indicou como os alunos esperam ver o Meio Ambiente, quando atingirem a idade adulta, para que suas gerações futuras possam usufruir de todos os benefícios que ele oferece.

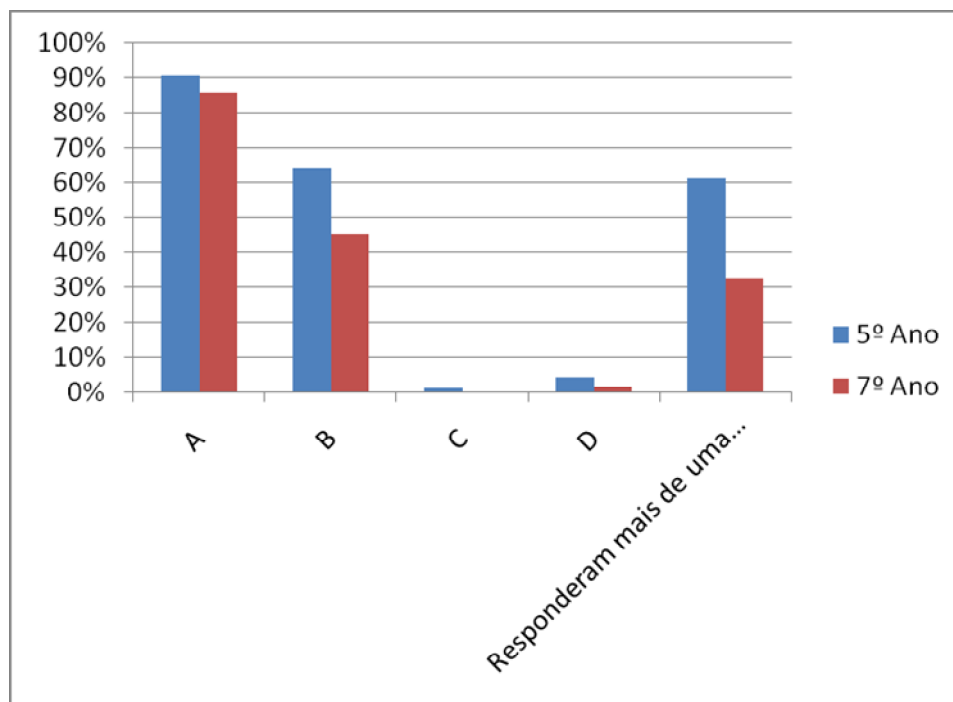


GRÁFICO 4.12 - Respostas à questão: o que você faz para preservar o Meio Ambiente? Conforme as seguintes opções: a) Não jogar lixo no chão; b) Separar o lixo orgânico do lixo seco; c) Deixa a torneira sempre aberta; d) Todas as respostas — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Quando os alunos do 5º ano foram questionados sobre o que eles entendiam sobre Meio Ambiente, 55,38% disseram ser o meio onde vivem, e 36,92%, consideraram todas as respostas. Assim, a escola tem mostrado desenvolver em

seu currículo pedagógico temas sobre Educação Ambiental, conforme relato dos entrevistados e da direção, nas disciplinas de Ciências e Biologia, conforme responderam a maioria dos entrevistados.

Com esses dados apresentados, foi também possível verificar ligações com as demais questões do anexo B. Portanto, partindo do princípio relatado pelos entrevistados do 5º ano de que eles já tinham algum conhecimento do que é Meio Ambiente, e que na escola é desenvolvido no currículo pedagógico como já foi relatado, eles responderam, em mais de 60%, que têm aprendido nessas matérias e, nas instalações da escola, que o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivos e que é necessário preservá-lo para que no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele.

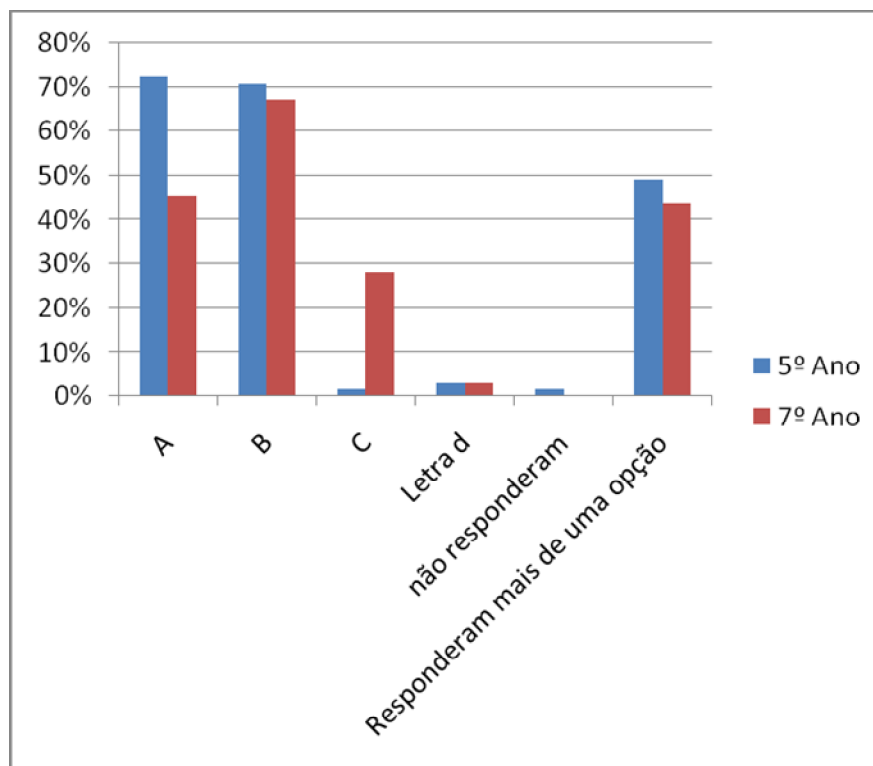


GRÁFICO 4.13 - Respostas à questão: como você espera ver o planeta Terra quando estiver com mais idade? Conforme as seguintes opções: a) Com menos queimadas nas florestas; b) Mais preservado e com pessoas que não destruam; c) Destruído e sem florestas; d) Nenhuma das respostas — dos alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).

Como uma questão nos remete a outra, eles também responderam em mais de 90% que observam a escola preservar o Meio Ambiente nas seguintes ações: separando o lixo seco do orgânico e orientando os alunos a não desperdiçarem água. Sendo orientados dessa forma, eles levam para casa estes ensinamentos e passam a adotar as seguintes ações em seu dia-a-dia para preservar o Meio Ambiente: não jogar lixo no chão e separar o lixo seco do orgânico.

Com base em todos esses estímulos que foram dados aos alunos, possibilitou formar conceitos e valores de cidadania nos mesmos e, a partir disso, eles responderam, em mais de 70%, que esperam ver em sua fase adulta para que as gerações futuras possam usufruir o planeta Terra com menos queimadas nas florestas e mais preservado, com pessoas que não o destruam.

Quando os alunos do 7º ano foram questionados sobre o que eles entendiam sobre Meio Ambiente, 48,43% responderam ser o meio onde vivemos, e 37,5%, todas as respostas. Assim, a escola tem mostrado desenvolver em seu currículo pedagógico, conforme relato dos entrevistados e da direção, nas disciplinas de Ciências e Geografia conforme responderam a maior parte dos entrevistados.

Com esses dados apresentados foi também possível verificar-se ligações com as demais questões do anexo B. Portanto, partindo-se do princípio relatado pelos entrevistados do 7º ano de que eles já tinham algum conhecimento do que é Meio Ambiente e que na escola é desenvolvido no currículo pedagógico, como já foi mencionado, eles responderam, em mais de 80%, que tinham aprendido nessas matérias e nas instalações da escola, que o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivos e que é necessário preservá-lo para que, no futuro, todos possam utilizar as coisas existentes nele.

Como uma questão remete à outra, eles também responderam, em mais de 79% dos alunos, que percebiam a escola preservar o Meio Ambiente nas seguintes ações: separando o lixo seco do orgânico e orientando os alunos a não desperdiçarem água. Sendo orientados dessa forma, eles levam para casa estes ensinamentos e passam a adotar as seguintes ações em seu dia-a-dia para preservar o Meio Ambiente: não jogar lixo no chão e separar o lixo seco do orgânico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a metodologia proposta neste estudo e os resultados obtidos, foi possível tecer as seguintes considerações finais:

- Não existiam ações de cunho social, como orientações de Educação Ambiental com possíveis ações dentro da realidade socioeconômica dos alunos; ações voltadas à família dos alunos entre outras, direcionadas ao público sobre a temática ambiental, mas apenas ações pedagógicas.
- Os entrevistados do 5º e do 7º ano possuíam algum conhecimento sobre Meio Ambiente com base no conhecimento adquirido em casa e aprimorado e estimulado pelas ações pedagógicas desenvolvidas pela escola.
- A escola desenvolve ações relacionadas a questões ambientais, como plantação de árvore e plantas na escola; irem a comunidade estimular a preservação do Meio Ambiente, trabalhos que visam à limpeza e preservação do Lajeado que existe próximo a escola, estimulando os alunos a adquirirem conhecimentos sobre o Meio Ambiente e educando-os para as questões ambientais, de acordo com o que foi verificado nas conversas informais com a direção e com os alunos do 5º e 7º ano. Também era desenvolvido pela escola ações dentro de suas instalações voltadas para preservação do Meio Ambiente, conforme relato dos alunos e da direção.

Com base em dados coletados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, muitas famílias do município sobrevivem da coleta de material reciclável, mas não há ações sociais específicas direcionadas para esse público. No entanto, está sendo elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura um projeto social para trabalhar a Educação Ambiental e social dessa população.

Também é importante ressaltar que na escola, pelo que foi possível observar, nas conversas informais com a direção e nas visitas *in loco*, a importância de se ter um profissional do Serviço Social no quadro de funcionários da mesma, visto que nas escolas públicas muitos dos alunos possuíam o perfil sócio-econômico como o que foi desvelado nesta pesquisa.

Assim, com base em tudo que foi apresentado nesta pesquisa, vale lembrar que o homem vem retirando do Meio Ambiente as suas necessidades, exaurindo os recursos naturais sem respeitar o seu potencial de regeneração e, assim, tornando a sua deterioração descontrolada. Esta situação alerta e faz pensar que há a necessidade urgente da inserção de profissionais do Serviço Social trabalhando diretamente com essa população para pensar no Meio Ambiente não só como forma de lucro, mas como necessidade de preservação para a sobrevivência da espécie humana, visto que este profissional tem em seu perfil a didática para trabalhar com a população e o seu desenvolvimento, incentivando constantemente a busca pela melhoria da qualidade de vida, de forma digna, e com base em seus direitos e deveres.

Neste estudo, emergiu um novo questionamento originado do fato de que na escola muitos alunos são filhos de catadores de materiais recicláveis. E essas famílias não são orientadas, de forma adequada, a buscarem uma educação consciente em relação às questões ambientais, bem como a transformação do material reciclável em geração de renda consciente. Também não há a consciência da possibilidade de uma subsistência a partir do material reciclável para proporcionar qualidade de vida e condições dignas de sobrevivência para essas famílias. Com base nessa informação, é possível sugerir que a escola desenvolva ações voltadas à participação dos pais nos projetos existentes na mesma sobre Educação Ambiental, para que assim a escola assuma o papel cada vez maior de ambiente formador de famílias conscientes. Sendo assim, sugere-se esse assunto como tema para novas pesquisas.

A partir deste enfoque, a Escola pode desenvolver, mesmo não tendo em seu quadro de profissionais o Assistente Social, as seguintes ações sociais com os pais de alunos:

- Procurar formar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social para desenvolver palestras com os pais dos alunos sobre como transformar o material reciclável em geração de renda consciente;
- Fomentar ações escolares com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer valorizando o trabalho conjunto de pais e alunos para a preservação do Meio Ambiente;

- Traçar um perfil socioeconômico do aluno com dados sociais que possibilitem buscar ações objetivamente direcionadas às necessidades do público atendido pela instituição;
- Entre outras ações.

6 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. **Atividades Lúdicas: jogos para animação de grupos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 7. Ed. Ver. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética no Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BREDARID, Celso; VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Política Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BURBULES, Nicholas C. (org); TORRES, Carlos Alberto: tradução de Ronaldo Cataldo Costa **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: SENAC, 1999.

CORRÊA, Guilherme (org); PREVE, Ana Maria. **Ambientes da Escola: perspectivas em política e educação**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental e Princípios Práticos**. 8. ed. São Paulo: Gaia Ltda., 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMÉZ, José André Dominguez (org): tradução de Silvana Cobricci Lute – revisão técnica de Marcos Reigota. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica: alternativas de mudanças**. 55 ed. Porto Alegre: Edipucres, 2004.

IAMAMOTO, Villeba Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviços Sociais no Brasil**. 12 ed. Cortez. [s.d].

LEFF, Enrique: tradução de Sandra Valenzuela – revisão técnica de Paulo Freire Vieira. **Epistemologia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORIN, Edgard; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya – revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBAS, Luiz César. **A Problemática Ambiental: reflexões, ensaios e propostas**. São Paulo: Editora de Direito, 1999.

SOBRAL, Marta Maria; CABRAL, Camila Oliveira. **A Importância do Serviço Social no Plano de Educação Sanitária e Ambiental na Comunidade da Mangueira - UNICAP**. Recife, 2004.

VIOLA, Eduardo J. [et al.]: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record.

INTERNET

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.brasilecola.com/geografia/globalizacao.htm>. Acesso em 15 de julho de 2007, às 17h00min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.ib.usp.br/coletaseletiva/saudecoletiva/tiposdelixo.htm>. Acesso em 15 de julho de 2007, às 18h00min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio_Ambiente. Acesso em 16 de julho de 2007, às 15h30min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.ambientebrasil.com.br/>. Acesso em 16 de julho de 2007, às 16h30min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&con teudo=./educacao/educacao.html>. Acesso em 17 de julho de 2007, às 14h00min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.interface.org.br/revista9/ensaio4.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2007, às 15h00min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. [http://www.formador.com.br/\(S\(vssn4y45tgwqsxu4uz4us4f0\)\)/principal.aspx](http://www.formador.com.br/(S(vssn4y45tgwqsxu4uz4us4f0))/principal.aspx). Acesso em 24 de julho de 2007, às 19h23min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet. <http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/ghs/workshop/wShop20021106aspectosInternacionais.PDF>. Acesso em 31 de julho de 2007, às 19h18min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet http://www.mapadamidia.com.br/bolsafamilia/bfi_76.htm. Acesso em 25 de junho de 2008, às 14h16min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet http://www.prppg.ufg.br/forms/consent_rtf.pdf . Acesso em 31 de julho de 2008, às 15h35min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet <http://pt.wikipedia.org/wiki/Individualismo>. Acesso em 26 de agosto de 2008, às 19h06min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2008, às 15h00min.

Citações e referências a documentos eletrônicos. Banco de dados. Disponível na internet <http://br.geocities.com/cantinhovirtualdaeducacao/interdisciplinaridade>. Acesso em 15 de novembro de 2008, às 18h00min.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIAL

1. QUANTOS CÔMODOS TEM A SUA CASA?
2. QUANTAS PESSOAS RESIDEM COM VOCÊ?
3. ESTÁ INSCRITO EM ALGUM PROGRAMA SOCIAL? () SIM () NÃO
QUAL? BOLSA FAMÍLIA () BPC () PROERD ()
4. MORA COM QUEM?
() MÃE () PAI () IRMÃOS () PRIMOS () AVÔ OU AVÓ ()
TIO OU TIA () CUNHADO (A) () SOBRINHO (A) () PADRASTO ()
MADRASTA () PADRINHOS () OUTRO _____
5. IDADE:
6. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
7. SÉRIE:

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE CONHECIMENTO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E/OU MEIO AMBIENTE

1. O QUE É MEIO AMBIENTE?

- a. É o que faz os seres humanos estarem vivo.
- b. É a base para a qualidade de vida dos seres humanos.
- c. É o meio onde vivemos.
- d. Todas as respostas.

2. QUAL MATÉRIA VOCÊ TEM SOBRE MEIO AMBIENTE?

- a. Ciência
- b. Geografia
- c. Biologia
- d. Nenhuma dessas respostas.

3. O QUE A ESCOLA ENSINA SOBRE MEIO AMBIENTE?

- a. Que o Meio Ambiente é o que nos faz estar vivo.
- b. Que podemos destruir todo o Meio Ambiente porque ele não é necessário para a nossa sobrevivência.
- c. Que é necessário preservar o Meio Ambiente para que no futuro todos possam utilizar as coisas existentes nele.
- d. Todas as respostas.

4. O QUE VOCÊ VÊ A ESCOLA FAZENDO PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE?

- a. Separam o lixo orgânico do lixo seco.
- b. Orientam os alunos a não desperdiçarem água.
- c. Plantam árvores.
- d. Nenhuma das respostas.

5. O QUE VOCÊ FAZ PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE?

- a. Não jogar lixo no chão.
- b. Separar o lixo orgânico do lixo seco.
- c. Deixa a torneira sempre aberta.
- d. Todas as respostas.

6. COMO VOCÊ ESPERA VER O PLANETA TERRA QUANDO ESTIVER COM MAIS IDADE?

- a. Com menos queimadas nas florestas.
- b. Mais preservado e com pessoas que não destruam ele.
- c. Destruído e sem florestas.
- d. Nenhuma das respostas.

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Serviço Social: Atuando em Parceria com a Educação Ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no Município de São Sepé - RS.

Pesquisador Responsável: Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner
Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (55) 3270338 / (55) 81148579

É o objetivo geral desta pesquisa verificar o nível de conhecimento e o tipo de intervenção social e pedagógica sobre a Educação Ambiental desenvolvida com os alunos do 5º ano e do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no Município de São Sepé - RS. Através deste objetivo geral busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos: identificar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas na escola; verificar o nível de conhecimento dos alunos do 5º ano e do 6º ano sobre a Educação Ambiental; caracterizar as ações sociais relacionadas às questões ambientais, na escola; levantar o referencial teórico sobre a problemática sócio - ambiental.

Não haverá nenhum risco social, psicológico, dentre outros para os pesquisados.

Os benefícios que podem vir a trazer com a participação na pesquisa apenas é de ampliação nos conhecimentos das crianças e / ou adolescentes pesquisados, sobre o tema Educação Ambiental.

A pesquisa irá ocorrer nos meses de junho e agosto de 2008. Será realizada nas instalações da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no horário acordado com a direção da escola, sem que haja prejuízo no aprendizado do aluno e / ou em seu horário de aula, também não será necessário que os pesquisados venham em outro horário que não seja o de aula. Será mantido sigilo absoluto do nome dos pesquisados, até mesmo porque nos questionários respondidos pelos mesmos não é solicitado o nome dos mesmos.

Caso seja de interesse do pesquisado no desenvolvimento da pesquisa retirar sua participação essa poderá ser feita a qualquer momento e sem prejuízo para o pesquisado.

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em que meu filho (a) participe do estudo no projeto de pesquisa Serviço Social: Atuando em Parceria com a Educação Ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath, no Município de São Sepé - RS, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO D – DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 2

Os Estados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os Princípios de Direito Internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros

Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Princípio 3

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras.

Princípio 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.

Princípio 5

Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Princípio 6

A situação e necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular dos países menos desenvolvidos relativo e daqueles ambientalmente mais vulneráveis, devem receber prioridade especial. Ações internacionais no campo do meio ambiente e do desenvolvimento devem, também, atender aos interesses e necessidades de todos os países.

Princípio 7

Os Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as distintas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados tem responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que tem na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que controlam.

Princípio 8

Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.

Princípio 9

Os Estados devem cooperar com vistas ao fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, pelo aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico, e pela intensificação do desenvolvimento, adaptação, difusão, e transferência de tecnologias, inclusive tecnologias novas e inovadoras.

Princípio 10

A melhor maneira de tratar questões ambientais e assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a procedimentos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos.

Princípio 11

Os Estados devem adotar legislação ambiental eficaz. Padrões ambientais e objetivos e prioridades em matéria de ordenação do meio ambiente devem refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. Padrões utilizados por

alguns países podem resultar inadequados para outros, em especial países em desenvolvimento, acarretando custos sociais e econômicos injustificados.

Princípio 12

Os Estados devem cooperar para o estabelecimento de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de modo a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. Medidas de política comercial para propósitos ambientais não devem constituir-se em meios para a imposição de discriminações arbitrárias ou injustificáveis ou em barreiras disfarçadas ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento de questões ambientais fora da jurisdição do país importador. Medidas destinadas

a tratar de problemas ambientais transfronteiriços ou globais devem, na medida do possível, basear-se em um consenso internacional.

Princípio 13

Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais. Os Estados devem, ainda, cooperar de forma expedita e determinada para o desenvolvimento de normas de direito internacional ambiental relativas à responsabilidade e indenização por efeitos adversos de danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

Princípio 14

Os Estados devem cooperar de modo efetivo para desestimular ou prevenir a mudança ou transferência para outros Estados de quaisquer atividades ou substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.

Princípio 15

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Princípio 16

Tendo em vista que o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo decorrente da poluição, as autoridades nacionais devem promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, levando na devida conta o interesse público, sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais.

Princípio 17

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser empreendida para atividades planejadas que possam vir a ter impacto negativo considerável sobre o meio ambiente, e que dependam de uma decisão de autoridade nacional competente.

Princípio 18

Os Estados devem notificar imediatamente outros Estados de quaisquer desastres naturais ou outras emergências que possam gerar efeitos nocivos súbitos sobre o meio ambiente destes últimos. Todos os esforços devem ser empreendidos pela comunidade internacional para auxiliar os Estados afetados.

Princípio 19

Os Estados devem prover oportunamente, a Estados que possam ser afetados, notificação prévia e informações relevantes sobre atividades potencialmente causadoras de considerável impacto transfronteiriço negativo sobre o meio ambiente, e devem consultar-se com estes tão logo quanto possível e de boa fé.

Princípio 20

As mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena e, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Princípio 21

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para forjar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Princípio 22

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os

Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.

Princípio 23

O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação devem ser protegidos.

Princípio 24

A guerra é, por sua natureza, contrária ao desenvolvimento sustentável. Os Estados devem, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflito armado, e cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.

Princípio 25

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes indivisíveis.

Princípio 26

Os Estados devem solucionar todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica, utilizando-se dos meios apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Princípio 27

Os Estados e os povos devem cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo; do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

(BARBIERI, 2005: 49)

ANEXO E - FOTOS



Figura 1 - Entrada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (junho de 2008).



Figura 2 - Alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).



Figura 3 - Alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).



Figura 2 - Alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).



Figura 5 - Alunos entrevistados do 5º ano e do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria José Valmarath no município de São Sepé - RS. (Pesquisa realizada em junho de 2008).